



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**CARLOS AUGUSTO LIMA BARROS**

**ÓRFÃS E DESVALIDAS: a assistência da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e do  
Asilo de Santa Teresa às moças pobres no século XIX (1830-1880)**

São Luís – MA  
2022

**CARLOS AUGUSTO LIMA BARROS**

**ÓRFÃS E DESVALIDAS:** a assistência da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e do Asilo de Santa Teresa às moças pobres no século XIX (1830-1890)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

São Luís – MA  
2022

Barros, Carlos Augusto Lima.

Órfãs e desvalidas: a assistência da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e do Asilo de Santa Teresa às moças pobres no século XIX (1830-1890) / Carlos Augusto Lima Barros. – São Luís, 2022.

79 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Órfãs. 2. Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. 3. Asilo de Santa Teresa. I. Título

CDU: 364-7-055.2“1830/1890”(812.1)

**CARLOS AUGUSTO LIMA BARROS**

**ÓRFÃS E DESVALIDAS:** a assistência da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e do Asilo de Santa Teresa às moças pobres no século XIX (1830-1890)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

Aprovado em: 22/12/2022

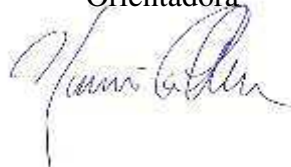
**Banca Examinadora**

Elizabeth Sousa Abrantes

---

Prof. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)

Orientadora



---

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa (UEMA)

Examinador

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Gabrielle Vieira Cirino (UEMA)

Examinadora

Dedico este trabalho a todos os novos pesquisadores nas áreas de gênero, sexualidade e história das mulheres, áreas muitas vezes rechaçadas por outros estudiosos, mas que são importantes e também contribuem para o conhecimento histórico. Não desistam de suas pesquisas!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão, minha segunda casa, em que pude aprender tanto não somente sobre meu curso, mas sobre mim mesmo, contribuindo assim para o futuro profissional que serei.

À CNPQ e à FAPEMA por financiarem as bolsas de iniciação científica que participei e que contribuíram para meu conhecimento e crescimento pessoal.

À minha orientadora Elizabeth Sousa Abrantes por toda orientação dispensada a mim desde o segundo período, bem como pelas oportunidades de bolsas de iniciação científica a mim ofertadas. Sou muito grato pelo aprendizado que esse contato me possibilitou, me estimulando a continuar os estudos nas temáticas que me interessavam.

A alguns dos meus professores da graduação pelas discussões críticas, pelos textos apresentados, pela paciência e preocupação em nos orientar.

À minha mãe, Maria das Dores Lima Barros pelo incentivo desde criança a estudar também, mesmo não sendo o que esperava, por apoiar meu período na faculdade, me ajudando com o que estava dentro das suas possibilidades.

Aos meus amigos da faculdade, que me acompanharam nessa jornada, mesmo que agora estejamos em disciplinas divergentes, a companhia, as risadas, o conforto e o acolhimento me ajudaram muito e sou grato por me fazerem sentir querido e aceito.

A alguns dos meus professores do ensino básico que me inspiraram com sua forma de ensinar.

E por último, meu amigo João, que foi essencial na minha escolha em cursar História. Sou muito agradecido.

## RESUMO

Centrado na discussão sobre os estudos de gênero que ganham um maior espaço no século XX e representam um forte questionamento de diversas ideias e conceitos atribuídos à figura feminina, o estudo sobre as ajudas femininas às órfãs desvalidas pela Santa Casa de Misericórdia e Asilo de Santa Teresa apresenta-se como uma grande contribuição para esse tema. Foi estudado tanto a assistência ofertada como também a forma como as mulheres eram vistas, a sua relação com o casamento e a sua posição na sociedade. Esse estudo enfatiza a assistência que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e o Asilo de Santa Teresa ofertaram às jovens órfãs e desvalidas no século XIX. Tal ênfase se mostra inexistente no Maranhão, com exceção da monografia de Denilson Costa Pinheiro (2021), em que este analisou as formas de caridade dispensadas às expostas desvalidas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, utilizando os periódicos maranhenses como principal fonte. Durante o século XIX, época em que se centraliza o objeto desta pesquisa, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão enfrentou crises financeiras que afetaram seu trabalho caritativo, mais especificamente na segunda metade deste século. Portanto, neste estudo são abordados os motivos da crise e como a Misericórdia continuou com seu trabalho assistencial, em especial às jovens órfãs e desvalidas, assim como o papel do Asilo de Santa Teresa no atendimento das meninas pobres.

**Palavras-Chave:** Órfãs. Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. Asilo de Santa Teresa

### **ABSTRACT**

Centered on the discussion on gender studies that gained greater space in the 20th century and represent a strong questioning of various ideas and concepts attributed to the female figure, the study on female help to helpless orphans by the Santa Casa de Misericórdia and Asilo de Santa Teresa presents itself as a great contribution to this topic. Both the assistance offered and the way women were seen, their relationship with marriage and their position in society were studied. The present study emphasizes the assistance that the Santa Casa de Misericórdia do Maranhão and the Asilo de Santa Teresa offered to orphaned and underprivileged young women in the 19th century. Such emphasis does not exist in Maranhão, with the exception of the monograph by Denilson Costa Pinheiro (2021), in which he analyzed the forms of charity given to the underprivileged at the Santa Casa de Misericórdia in Maranhão, using Maranhão periodicals as the main source. During the 19th century, when the object of this research is centered, the Santa Casa de Misericórdia do Maranhão faced financial crises that affected its charitable work, more specifically in the second half of this century. Therefore, this study addresses the reasons for the crisis and how Misericórdia continued with its assistance work, especially for orphaned and underprivileged young women, as well as the role of Asilo de Santa Teresa in caring for poor girls.

**Keywords:** Orphans. Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. Santa Teresa Asylum



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Solicitantes de dote de casamento à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e ao Asilo de Santa Teresa.....	65
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. O TRABALHO CARITATIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NO BRASIL E NO MARANHÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1. O contexto das Misericórdias no Brasil.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2. Origem e ação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.....</b>	<b>25</b>
<b>3. A ASSISTÊNCIA FEMININA PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1. Os estudos de gênero na prática assistencial feminina.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2. A assistência a jovens órfãs e desvalidas pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.....</b>	<b>35</b>
<b>4. A ASSISTÊNCIA FEMININA PELO ASILO DE SANTA TERESA.....</b>	<b>48</b>
<b>4.1 A figura dos recolhimentos femininos.....</b>	<b>48</b>
<b>4.2 Abrigo e dotação das jovens órfãs e desvalidas pelo Asilo de Santa Teresa.....</b>	<b>54</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico é um resultado de pesquisas de iniciação científica iniciadas nos primeiros períodos da graduação com duração de três anos, em que foi estudado o costume de dotação às meninas pobres da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão no século XIX. Ao longo da pesquisa percebeu-se que existiram outros tipos de assistência feminina prestado a essas jovens, presente não somente na Misericórdia Maranhense, mas também através da atuação do recolhimento de meninas, Asilo de Santa Tereza. Esse escrito busca abordar essa temática através desses dois estabelecimentos.

As Santas Casas de Misericórdia foram instituições de caridade cristã que exerciam diversas atividades com o objetivo de auxiliar os mais necessitados, representando um sentimento em grande parte de obediência aos preceitos divinos através da prática caritativa. Seu surgimento se dá em Lisboa, Portugal, no ano de 1498, sendo comumente atribuído à ação da rainha D. Leonor de Lencastre, com o seu sucesso é incorporada nos domínios ultramarinos portugueses, dentre esses o brasileiro onde vai estar presente em diferentes localidades como o Maranhão.

O estudo de uma instituição como a Santa Casa de Misericórdia perpassa pela análise da historiografia portuguesa, local de seu surgimento, da historiografia brasileira e ainda, mais especificamente para este estudo, da produção historiográfica sobre a Misericórdia do Maranhão com o objetivo de entender sobre a sua trajetória e seu funcionamento, pois assim se entende suas similaridades, diferenças, práticas e objetivos, enriquecendo a presente produção.

Este estudo propõe enfatizar a assistência que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão ofertou às jovens órfãs e desvalidas no século XIX. Tal ênfase se mostra inexistente no Maranhão, com exceção da monografia defendida pelo graduando Denilson Costa Pinheiro no ano de 2021, em que este analisou as formas de caridade dispensadas às expostas desvalidas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão utilizando os periódicos maranhenses como principal enfoque, contudo nesta presente produção os documentos escritos serão utilizados como fontes primárias. Para além da Santa Casa, o Asilo de Santa Tereza (também presente na monografia acima citada) será abordado em relação à assistência feminina do século XIX.

A metodologia consistiu na leitura e análise de referencial teórico e historiográfico em relação às misericórdias, ao contexto maranhense, à mulher, o casamento, o dote e o Asilo como forma de contribuir para a discussão desses elementos presentes nesta pesquisa. As fontes documentais são utilizadas como fontes primárias para se compreender tanto o funcionamento de ambas as instituições quanto a mentalidade da época em relação aos aspectos que são aqui discutidos. Por último, o Dicionário histórico geográfico da província do Maranhão de autoria de César Marques revela através de seus verbetes pontos de importante contribuição para maior compreensão sobre a irmandade e o recolhimento.

Ao se estudar sobre a pobreza feminina, se percebe como era complicada a situação das mulheres que estavam inseridas em classes sociais mais baixas, sofrendo tanto com as dificuldades financeiras quanto pela pressão em seus corpos. Em uma sociedade patriarcal que exigia certos comportamentos femininos, como o recato sexual, o casamento, a maternidade, dentre outros, as mulheres mais pobres eram bastante prejudicadas por não terem os recursos necessários para serem bem vistas na sociedade. Nesse quesito as instituições de caridade se mostravam como essenciais para o cuidado com essas mulheres. “A ajuda a mulheres fazia-se em diversas etapas do ciclo de vida e estava associada à necessidade de preservar a sua honra. Guardavam-se as mulheres em recolhimentos e atribuíam-se-lhes dotes para casar ou para professar em ordens religiosas”. (ARAÚJO, 2008, p. 3).

Dentro do grupo de mulheres a serem protegidas na sociedade estava as meninas pobres órfãs, estas eram vistas como desfavorecidas e propensas a se perderem, principalmente pela falta de um pai para proteção e também por terem menos possibilidade de arranjar um bom pretendente devido a sua situação de pobreza e orfandade. A criação de espaços reservados exclusivamente para as meninas, conhecidos, principalmente, como recolhimentos, foram de suma importância para o auxílio destas, que sem condições muitas vezes de serem sustentadas recebiam auxílio material, ao mesmo tempo em que eram educadas moralmente para se encaixarem nos padrões da sociedade da época. Marcílio (2006, p. 96) afirma que a educação e proteção dessas jovens foi uma constante preocupação, pois havia o risco de que estas se tornassem prostitutas ou tomassem atitudes mal vistas, a rua era vista como um símbolo de perdição para essas meninas. Um exemplo desses espaços no Maranhão foi o Asilo de Santa Tereza.

Além disso, o casamento se mostrava como outra preocupação dessas instituições, pois através dele as mulheres conquistaram um espaço de respeito na sociedade, no caso das jovens

órfãs pela sua condição de orfandade (principalmente de pai) e pobreza eram consideradas mais suscetíveis a serem desonradas. As Santas Casas e os recolhimentos se apresentavam como uma forma de que estas pudessem arranjar um bom pretendente, pois era oferecido auxílio financeiro para a vida da jovem e também para o matrimônio na forma do dote, um dos meios de importante assistência às desvalidas, segundo Algranti (1993, p.46) “o dote, além de representar uma segurança futura e um auxílio imediato para as beneficiárias, era imprescindível para ajudar a conquistar um noivo”, sua importância era tamanha que instituições caritativas se preocupavam em oferecê-la para as desvalidas que amparam.

Durante o século XIX, época em que se centraliza essa pesquisa, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão irá enfrentar crises financeiras que irão afetar seu trabalho caritativo, mais especificamente na segunda metade deste século, se constituindo o recorte temporal desta pesquisa entre os anos de 1830-1880 como forma de se atentar aos motivos da crise e como a Misericórdia continuou com seu trabalho assistencial, em especial às jovens órfãs e desvalidas, já em relação ao Asilo esse recorte que está inserido sua fundação apresenta valiosas informações sobre sua atuação.

Ao longo da sua produção, a História enquanto ciência e campo de saber passou por mudanças em concepções que influenciavam diretamente na forma como era escrita, de uma historiografia preocupada com os feitos de homens importantes e com os conflitos que ocorriam em determinadas partes do mundo, passa-se por uma renovação historiográfica no século XX que irá valorizar aspectos como o cultural, social e econômico e também os sujeitos mais invisibilizados da História. A Escola dos Annales, grande contribuidora desta renovação, demonstrará a importância de se atentar a esses temas, ampliando os objetos abarcados por esse campo do saber. A História das mulheres também ganha espaço, pois a sua escrita era a construção de uma nova historiografia, agora preocupada com todos os sujeitos, segundo Scott (In. BURKE, 1992, p. 78-79) esta “faz uma modificação da ‘história’ [...]. Questiona a prioridade relativa dada à ‘história do homem’, em oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos”.

Com o estudo da assistência prestada às jovens órfãs e desvalidas pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e pelo Asilo de Santa Tereza poderá ser entendido tanto o funcionamento e importância dessas duas instituições, quanto dar destaque ao aspecto da História das mulheres a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero, como forma de entender sobre o imaginário feminino no século XIX e sobre a assistência prestada.

A história social se desenvolveu ao longo da ciência histórica como um forte elemento de renovação para os métodos que até então eram predominantes. A historiografia tradicional que priorizava os grandes homens e os grandes feitos passa a se abrir cada vez mais a uma preocupação com um contexto mais amplo de sujeitos e acontecimentos. É importante ressaltar que a história social não possui em si uma definição única, estando atrelada ao longo da sua trajetória a diferentes atribuições, uma das mais significativas seria a dos Annales. Grandes contribuidores para a constituição de uma renovação histórica que ocorre ao longo do século XX, Bloch e Febvre defendiam o uso de uma chamada história-problema como forma de lidar com as temáticas dessa ciência, além disso, estimulavam a aproximação com as demais ciências humanas.

Conforme apresenta Hebe Castro (1997) em conformidade com o pensamento de Eric Hobsbawm, o termo “História Social” esteve ligado principalmente ao longo da primeira metade do século XX a três acepções diferentes: uma preocupada com os costumes e tradições nacionais entre as décadas de 1930 e 1940, uma ligada ao movimento socialista e a uma perspectiva social do trabalho e por último a acepção de uma “história social e econômica” defendida pelos Annales existente desde a década de 1930. Nos anos 60, a autora chama atenção ainda para uma aproximação com abordagens da Antropologia como, por exemplo, com a formulação da rubrica “history from below” (história vista de baixo) cunhada por E.P. Thompson, em 1966.

No Brasil, como aponta Castro (1997), já nos anos de 1950 e 1960, as abordagens de historiadores principalmente da Universidade de São Paulo carregavam influências da história econômica e social dos Annales. A partir da década de 1970 e 1980 observa-se tanto a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação quanto uma crise dos referenciais teóricos até então dominantes, esse cenário comporia as problemáticas e discussões característicos da história social que se desenvolveram no Brasil.

A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico muito importante por revolucionar muitas das concepções históricas possibilitando novos olhares sobre a pesquisa e também o objeto histórico. A História Social é um dos campos que ganha força nessa escola historiográfica, adentrando temas mais marginalizados e de figuras menos grandiosas. Seu uso é recorrente nas gerações do Annales por meio de pesquisas mais voltadas para o quantitativo, permanecendo como uma área importante até os dias atuais.

Temas outrora ignorados ganham maior atenção e passam a fazer parte de estudos mais aprofundados. Apesar de ocorrerem certas pesquisas sobre figuras femininas, notava-se certa esporadicidade no tema, contudo a terceira geração dos *Annales* provoca mudanças na historiografia.

A terceira geração é a primeira a incluir mulheres, especialmente Christiane Klapisch, que trabalhou sobre a história da família na Toscana durante a Idade Média e o Renascimento; Arlette Farge, que estudou o mundo social das ruas de Paris no século XVIII; Mona Ozouf, autora de um estudo muito conhecido sobre os festivais durante a Revolução Francesa; e Michèle Perrot, que escreveu sobre a história do trabalho e a história da mulher (Klapisch, 1981; Farge, 1987, Ozouf, 1976, Perrot, 1974). Os historiadores anteriores dos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionado as mulheres de tempo em tempo, desde Marguerite de Navarre às chamadas bruxas (Fauré, 1980, Stuard, 1981) (BURKE, 1997, p. 79-80).

Com isso, a história das mulheres vai ganhando mais espaço e isso se deve, em muito, à ação de feministas com o objetivo de adquirir maior visibilidade, de questionar os pressupostos do conhecimento com seu sujeito universal. Como explica Joan Scott (In. BURKE, 1992, p. 64) sobre o surgimento do campo de estudos denominado História das Mulheres:

[...] relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla; no início, houve uma conexão direta entre política e intelectualidade. Mais tarde - em algum momento entre a metade e o final da década de 70 - continua o relato, a história das mulheres afastou-se da política. Ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria. O acúmulo de monografias e artigos, o surgimento de controvérsias internas e o avanço de diálogos interpretativos, e ainda, a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas foram os indicadores familiares de um novo campo de estudo.

Esse novo campo proporciona maior visibilidade para as mulheres, e inclusive para algumas historiadoras, se tornando uma importante área de pesquisa, garantindo maior credibilidade aos seus trabalhos comumente questionados por historiadores homens. A sua importância se deve em muito a quebra de paradigmas sobre as mulheres.

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à

“história da mulher”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos.

[...] a história das mulheres traz à luz as questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas (SCOTT. In. BURKE, 1992, p. 78-79).

O campo da história das mulheres se inclui em um novo tema que é o de estudos de gênero, sendo o gênero segundo Scott (1995):

[...] a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida (SCOTT, 1995, p.12).

Os estudos de gênero representam uma importante contribuição para a historiografia ao questionarem posições, diferenças e também hierarquias entre os gêneros, implicando em discussões e novas análises de conceitos já existentes.

O primeiro capítulo deste trabalho tratará sobre o histórico da Santa Casa de Misericórdia em Portugal, seu local de origem, demonstrando como se deu sua origem e sua atuação naquele país demonstrando a importância adquirida que contribuiria para a sua futura expansão nos domínios ultramarinos lusitanos, destacando-se aqui nesse capítulo o Brasil e a forma como as misericórdias se organizaram em torno do trabalho assistencial prestado nas regiões em que se instalaram. A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão é abordada em relação a sua origem e funcionamento com enfoque em seus compromissos que listam muitas das obrigações referentes à instituição e seus membros.

O segundo capítulo se dedica inicialmente a apresentar algumas contextualizações teóricas em relação às discussões de gênero com a prática assistencial feminina, primeiramente localizando a origem do uso do termo gênero com as discussões feministas e a forma como suas mudanças passaram a embarcar a maneira como mulheres e homens são representados e entendidos nas sociedades, um processo considerado histórico, pois irá sofrer alterações de acordo com a época ou povo no qual se estuda. Por último é contextualizado o século XIX para a Misericórdia maranhense em relação à assistência prestada às jovens órfãs e desvalidas, mesmo em meio às dificuldades enfrentadas neste século, a instituição continuou com seu trabalho assistencial sendo destacado neste estudo as ajudas oferecidas as meninas, em especial para o casamento, forma pela qual se contribuía para estas fossem bem vistas na sociedade.



Por fim, o terceiro capítulo se centralizará na assistência feminina prestada pelo Asilo de Santa Teresa, inicialmente abordando a figura dos recolhimentos femininos sua importância e seu funcionamento, essas instituições funcionavam como um refúgio para mulheres que buscavam viver uma vida ligada aos preceitos divinos ou mesmo não tinham como se sustentar. O Asilo de Santa Tereza tem sua origem e funcionamento expostos revelando a forma como contribuíram para que meninas órfãs e desvalidas pudessem se sustentar e não cair em caminhos que fossem contra as ordenanças da Igreja, mas mais do que isso é demonstrado a ajuda feminina ofertada como em relação à educação que preparava as meninas para um futuro trabalho doméstico, de Primeiras Letras ou para um possível matrimônio, nas documentações analisadas desse recolhimento foram encontradas informações sobre dotes entregues para algumas recolhidas que acabaram por conseguir um pretendente para o casamento.

## 2. O TRABALHO CARITATIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NO BRASIL E NO MARANHÃO

### 2.1. O contexto das Misericórdias no Brasil

A caridade com os mais necessitados foi algo recorrente na Europa desde a época medieval, em um cenário fortemente influenciado pelo Cristianismo e por figuras cristãs como São Francisco<sup>1</sup>, a prática de ajudar o próximo, especialmente aqueles em situação de pobreza, era visto como uma atitude cristã.

As ordens mendicantes<sup>2</sup> foram grandes contribuidoras para a divulgação dos ideais de pobreza, simplicidade e aproximação com os populares durante a Idade Média, influenciando assim a fé cristã de tal forma que instituições se aconselhavam em relação a assuntos espirituais ou outros problemas locais.

Na época da Idade Média surge a ideia do purgatório, um intermediário entre o céu e inferno que garantiria uma possibilidade de se ascender ao paraíso por boas obras, como é colocado por Lopes e Sá (2008, p. 10).

À antiga dicotomia inferno-paraíso, juntou-se um terceiro lugar, o Purgatório, onde as almas passaram a expiar os pecados antes de entrar no céu. A salvação eterna passou a estar ao alcance de todos e de cada um individualmente através das boas obras, e do recurso sistemático à riqueza terrena, quando convenientemente convertida em propriedade das almas. Negócios terrenos, negócios das almas: um pouco por toda a parte, as regras de um mundo recentemente mercantilizado contaminaram a prática religiosa, através da contabilidade do além.

O próprio cenário europeu na Idade Média evidenciava a necessidade de se ajudar os mais necessitados. Russel-Wood (1981, p.1) afirma que se enfrentava a fome causada por reservas inadequadas de alimentos, dificuldade de transporte ou devido a desastres naturais. Ao falar especificamente sobre Portugal, o autor expõe como principais problemas enfrentados

---

<sup>1</sup> Nasceu em torno de 1181 ou 1182, na cidade de Assis, localizada na Itália, com a mãe sendo de família francesa. Após um período preso durante os conflitos entre a cidade de Perúsia e Assis seguido de uma enfermidade que o deixou acamado, Francisco após respectivamente ser solto e estar são passa a nutrir um desejo de viver e ensinar os ensinamentos cristãos, inspirados pelas muitas histórias religiosas aprendidas desde criança, a partir disso e de outros acontecimentos passa a renegar os bens mundanos e se dedicar a ajudar os mais necessitados (DIAS, 2018).

<sup>2</sup> “[...] organizações eclesiais compostas por frades e freiras que surgiram durante o século XII, entre elas distinguindo-se a Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) fundada por Francisco de Assis e a Ordem dos Pregadores (Dominicanos) que foi fundada por Domingos de Gusmão. Ambas sendo diferentes e semelhantes em certos aspectos, mas possuíam a vontade comum de professar um retorno à austeridade da vida religiosa e espiritual, realizando obras de caridade, difundindo os ensinamentos do Senhor e dispondo-se ao serviço dos pobres e dos doentes” (DIAS, 2018, p. 11).

pelo país naquela época a fome, os efeitos das constantes guerras e os males causados pela peste negra<sup>3</sup>.

O declínio gradual do feudalismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de atividades mais profissionais em oposição às artes caseiras e a alta competitividade entre a mão-de-obra nos séculos XII e XIII contribuíram para o problema da pobreza urbana na Europa. Como solução para tentar contornar essa situação, e prestar auxílio aos necessitados, foram sendo formadas na Europa as corporações e confrarias:

Formaram-se sociedades para proteger os interesses dos artesãos e para proporcionar auxílio social [...] conhecidos por vários nomes como jurés, scuole ou zünfte- objetivavam proteger os interesses de determinado grupo. A observância religiosa era característica importante dessas corporações [...]. Os serviços sociais para os membros e seus dependentes tomavam a forma de doações ou esmolas propriamente ditas. Algumas corporações chegavam a manter seus próprios hospitais.

As confrarias também tinham como características a observância religiosa. Ao contrário das corporações seus membros não provinham apenas de determinada classe social. Eram compostas por homens e mulheres leigos que desejavam realizar obras de caridade cristã para com seu próximo. A administração ficava com uma junta governativa cujo mandato expirava depois de um ano [...]. Comum a todas essas irmandades era a provisão do bem-estar social dos irmãos e de suas famílias. Essa provisão consistia de dotes, esmolas, auxílio-encarceramento, tratamento hospitalar e funeral (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 2).

Essas associações se espalharam por toda a Europa, se destacando como um importante meio de auxílio caritativo, em alguns locais agindo em nível restrito e em outros de forma bem abrangente.

Próximo ao fim da Idade Média e perpassando por toda modernidade, os problemas sociais na Europa continuaram, contudo cada vez mais se organizaram grupos de caráter caritativo e também filantrópico de forma a atender as camadas da sociedade mais necessitadas.

Em Portugal existiram diferentes tipos de pequenos hospitais públicos que ofertavam a assistência caritativa, como os hospícios, gafarias, enfermarias, asilos, mercearias e albergarias e eram mantidos por basicamente três formas: doações, legados ou através do apoio financeiro de confrarias, instituições religiosas ou corporações de ofícios.

Para além do cuidado com os enfermos e pobres, outra atividade caritativa muito difundida foi a assistência às crianças órfãs e desvalidas, também chamadas de expostas, muitas

---

<sup>3</sup> “Houve vinte e dois surtos de pragas registrados em Portugal entre 1188 e 1496. Muitos outros surtos localizados provavelmente não foram registrados, ou não hajam sido reconhecidos como tais. [...] Embora graves, esses surtos locais foram insignificantes em comparação com a grande tragédia da Idade Média: a Peste Negra. Essa peste bubônica se originara na Tartária (Criméia) e fora trazida para a Europa por navios genoveses no início de 1347. Espalhou-se rapidamente pela Europa e chegou a Portugal em setembro de 1348, causando mortalidade generalizada” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 4).

vezes enquanto ainda eram bebês. A “Roda de Expostos” foi uma prática muito presente nos países europeus católicos, que consistia em abrigar bebês abandonados, seu surgimento foi de suma importância como uma tentativa de controlar o alto número de abandonos e consequente morte destes na época medieval e moderna.

O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido (MARCÍLIO, 2006, p. 57).

Esse sistema de abandono garantia a privacidade de quem depositava o bebê, reforçando um sistema moralizador de esconder casos de estupro ou filhos indesejados, e ao mesmo tempo tentava evitar a prática de deixá-los em lugares que diminuíssem consideravelmente sua chance de sobrevivência.

Em Portugal, as instituições de assistência direta à criança abandonada surgiram principalmente devido ao envolvimento de mulheres da nobreza ou de rainhas, partindo de colaboração entre a sociedade e a Coroa.

[...] a rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso II, de Castela, fundou em 1723, o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa. Erguido na Rua da Porta de São Vicente da Mouraria, o Ecclesia Innocentum Hospitalis Puerorum destinava-se a recolher os expostos e a velar pelo seu bem-estar físico e moral, preparando—os para ganhar seu próprio sustento.

Uma segunda casa para os enjeitados deveu-se à Rainha Santa, D. Isabel, esposa de D. Dinis. Trata-se do Hospital de Santa Maria dos Inocentes, de Santarém...

[...] a mesma rainha fundava, em Coimbra, a Real Casa dos Expostos (1325), destinada a acolher filhos ilegítimos e abandonados (MARCÍLIO, 2006, p. 90-91).

Uma das mais importantes instituições caritativas de Portugal foi a Irmandade da Misericórdia. A Misericórdia de Portugal

[...] foi instituída em 15 de agosto de 1498, na Capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta, no Claustro da Sé de Lisboa, pela Rainha D. Leonor de Lencastre (viúva de D. João II), então regente. [...] Além da Misericórdia, havia em Lisboa, outra grande instituição que atendia os pequenos enjeitados: o Hospital de Todos os Santos, criado, em 1492, por D. João II. (MARCÍLIO, 2006, p. 92).

Seu surgimento coincide com a chegada de Vasco da Gama à Índia e também com o reinado de D. Manuel I, momento em que a Coroa estava em um bom momento financeiro. Sua fundação apresenta certa discordância na historiografia portuguesa em relação ao seu fundador, que ora é destacado como sendo frei Miguel de Contreiras ora a Rainha D. Leonor de Lencastre, ou mesmo uma ação conjunta dos dois.

Em relação ao papel do rei D. Manuel, Russel-Wood coloca este como ausente de Lisboa no ano de fundação da Misericórdia, mas mesmo assim foi o autorizador final para seu funcionamento e possível inspirador direto da irmandade. Para D. Manuel “a política de centralização de serviços hospitalares passou a incluir a fusão de outras formas de filantropia social num organismo único a Misericórdia” (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 12), com isso foram concedidos privilégios à Misericórdia<sup>4</sup>.

As Misericórdias assumiram diversas funções ao longo de seu funcionamento, representando um sentimento, em grande parte, de obediência aos preceitos divinos com a prática caritativa.

[...] Embora a importância textual da enunciação das obras de misericórdia se tenha diluído a partir do século XVII, estas não deixaram de ter uma função estruturante no primeiro século das Misericórdias. Alguma das actividades que propunham continuaram a ser fundamentais na vida dessas confrarias, como os enterros ou o tratamento de doenças; justificaram outras actividades que foram aparecendo mais tarde como a administração de recolhimento femininos [...] Estas garantiram assim um vasto elenco de serviços assistenciais às Misericórdias que detinham competências que podemos considerar universais para a época a que se reportam: desde limpar as prisões até a gestão hospitalar, passando por dar guarida a peregrinos ou enterrar os cadáveres dos pobres (SÁ, 1997, p. 51).

Em 1516, a Misericórdia de Lisboa publica seu Compromisso com a intenção de divulgar seu regulamento, o que era incomum entre as confrarias, essa atitude é um exemplo de importância que ia sendo adquirida pela Irmandade no cenário português.

Pouco tempo depois surgia o compromisso. Para a nova confraria, era um texto fundacional, uma vez que funcionava como instrumento de difusão e de normalização da confraria por todo o reino e novos espaços da expansão portuguesa [...]. Começava justamente pela enunciação das obras espirituais de misericórdia, estendendo-se em seguida às corporais. Já aí se criava uma diferença fundamental relativamente a outras confrarias do mesmo nome que existiam na Itália, nomeadamente em Florença e no resto da Toscana. As misericórdias portuguesas tinham preocupações totalizantes, procurando abarcar todas as obras de misericórdia, enquanto que as suas congêneres se concentravam apenas numa ou duas dessas obras, mas nunca em todas ao mesmo tempo (LOPES; SÁ, 2008, p. 25-26).

Com a aprovação do seu Compromisso, a Misericórdia definia importantes características internas.

De acordo com o compromisso, a participação nas Misericórdias estava restrita aos homens, em número limitado (*numerusclausus*), maiores de 25 anos, de sangue limpo, que não exercessem ofícios mecânicos. Além disso, as Misericórdias conservavam uma divisão interna entre irmãos de primeiro e segundo foro; este último formava um grupo subalterno que realizava tarefas

---

<sup>4</sup> Dentre os privilégios apresentados por Russel-Wood (1981-12-14) estão a caridade nas prisões sendo oferecida liberdade de acesso aos prisioneiros e a concessão de porções de carne gratuita para os presos e doentes assistidos, além disso autorização para possuir vinte e oito assistentes para coletar esmolas destinadas às atividades caritativas da irmandade, entrega de legados, isenção de deveres e impostos municipais, etc.

consideradas indignas dos irmãos de primeira condição e era inelegível para certas funções da mesa administrativa (FRANCO, 2014, p. 8).

Dentre outros motivos, dois se destacam como essenciais tanto para o sucesso da Misericórdia de Lisboa como também para a difusão das Misericórdias em Portugal. Estes são as variadas benesses ofertadas aos irmãos e o provedor da Irmandade, como por exemplo, a isenção das numerosas obrigações comunitárias que os concelhos impunham a outras confrarias e, além disso, outro motivo foram as frequentes deslocações típicas de uma monarquia presencial<sup>5</sup>. Com a fundação de novas Misericórdias, o rei e sua corte passaram a ter maiores estadias em cidades e vilas como Setúbal, Santarém, Évora, Montemor-o-Novo ou Coimbra.

A Misericórdia de Lisboa ofereceu um trabalho caritativo de grande utilidade à Coroa, sua posição enquanto proteção régia garantiu sua valorização em Portugal e estimulou a criação de outras Misericórdias nas principais cidades e vilas do reino, com isso ganhando maior notoriedade e aumentando sua rede de funções, conseqüentemente, o número de assalariados que auxiliavam seja nos hospitais, cemitérios, recolhimentos, entre outros, também aumenta. As Misericórdias utilizam um maior espaço de visibilidade e com isso modificam seu sistema interno para melhor adaptação.

Novos compromissos e novas regras instituíram o Compromisso inicial de 1498-1500, refletindo as mudanças verificadas. Também eles espelharam os novos tempos, a crescente diversidade institucional interna, as exigências de pureza de sangue, e, sobretudo a formalização burocrática dos processos de seleção de irmãos e de receptores de ajuda. Os novos compromissos suprimiam os preceitos evangélicos do texto, e criavam regras cada vez mais complexas à vida das Misericórdias, desde à forma de proceder com os testamentos de doadores de bens até às normas que deviam reger a admissão de novos irmãos (SÁ, 1997, p. 47-48).

Além do território português, as Misericórdias se espalharam numa escala global. Portugal foi responsável em muito por essas expansões entre seus domínios:

[...] havia-as por todo o império português agora também no Brasil que recebia cada vez mais atenção da Metrópole. No Congo (...) fundou-se uma Misericórdia em Salvador. O interlúdio cristão no Japão foi marcado também pela sua fundação, mas houve-as também entre as comunidades de catecúmenos estabelecidas na China. Durante a União Ibérica floresceram

<sup>5</sup> “Uma série de benesses, tradicionalmente concedidas pelos reis medievais portugueses a pessoas e entidades da sua protecção, foram logo, mesmo durante a regência de D. Leonor, profusamente distribuídos aos oficiais da misericórdia de Lisboa [...]. Geralmente consistiam em isentar estes irmãos, em número de doze, acrescidos do provedor, autoridade máxima da confraria, das numerosas obrigações comunitárias que os concelhos impunham aos seus vizinhos. Estes treze oficiais seriam mais tarde designados por “mesa”, devido ao facto de se reunirem em torno de uma mesa própria para os cabidos confraternais. Outro dos factores que promoveu a rápida difusão das misericórdias foram as frequentes deslocações típicas de uma monarquia presencial, à boa maneira medieval. Não esqueçamos que a corte régia era ainda itinerante, umas vezes por gosto, outras por contingência. Exceptuando os casos em que o rei ia fazer uma temporada para os seus territórios de caça, era na maior parte das vezes a deflagração da peste que obrigava o rei e os seus acompanhantes a mudar de lugar” (LOPES; SÁ, 2008, p. 27-28).

misericórdias entre a comunidade de negociantes portugueses de Manila [...] (LOPES; SÁ 2008, p. 48-49).

No Brasil, as Misericórdias advindas da Coroa Portuguesa representavam uma importante Irmandade, se diferenciando em certas características da portuguesa. Para Sá (1997, p. 51):

Seria errôneo considerar as Misericórdias como parte de um plano da Coroa, uma vez que estas se desenvolveram segundo lógicas próprias de afirmação local, adquirindo autonomia nas suas ações. Portanto, devemos pensar que o modelo construído no século XV para as Misericórdias foi rapidamente adaptado às peculiaridades das regiões em que foram inseridas.

Ainda na opinião da autora, tal afirmação pode ser confirmada a partir da relação estreita entre as Misericórdias e as elites locais, o que tornou estas instituições muito mais dependentes das peculiaridades contextuais de regiões específicas do que de um padrão constituído pela Coroa, no que tange à prestação da assistência.

A primeira Misericórdia a se estabelecer na então América Portuguesa ainda suscita dúvidas, alguns estudiosos acreditam ter sido a de São Vicente ou de Pernambuco, contudo a maioria dos historiadores atribui o título à Irmandade de Santos, na capitania de São Vicente, fundada no ano de 1543. A partir daí foram surgindo outras Misericórdias pelas capitanias americanas que possuíam por intuito, assim como as portuguesas, promover a assistência aos mais pobres.

[...] havendo transcorrido um século da fundação das Misericórdias, em 1498, já existia mais de cem casas espalhadas por Portugal continental e mais de cinquenta nos territórios ultramarinos (ABREU, 2001: 592). No Brasil, a Misericórdia estava presente em diversas capitanias, ainda no século XVI: São Vicente (1543), Espírito Santo (1551), Pernambuco (1560), Rio de Janeiro (1582). Outras fundações datam das primeiras décadas do século XVII: Sergipe (1604), Itamaracá (1611), Belém (1619) e Igarassu (1629) (RUSSELL-WOOD, 1981: 30-31). Esta disseminação das Misericórdias deve-se, em grande parte, a sua ação assistencialista, mas um dos principais fatores que a impulsionou foi o apoio dado pela Coroa portuguesa a quem interessava ter esta instituição atuando nas principais cidades e vilas do seu império (MOURA FILHA, 2005, p. 442-443).

A Misericórdia de Santos teve seu início graças à iniciativa de Braz Cuba, fidalgo e explorador português fundador da vila de Santos, que em 1542 iniciou a sua construção, tendo sido inaugurada em novembro de 1543. Segundo Gonçalves (2011), o primeiro prédio se localizou no sopé do outeiro de Santa Catarina, sendo construído em 1665, um segundo prédio da Santa Casa e sua igreja no local conhecido como Campo da Misericórdia, em 1760, construiu-se em uma nova igreja localizada junto ao Morro de São Jerônimo e em 1835 foi construído o terceiro e penúltimo prédio da Santa Casa de Misericórdia de Santos, inaugurado em quatro de setembro de 1836 pelo médico e provedor Claudio Luiz da Costa sendo ocupado até 1928 quando sofre um soterramento.

Um dos outros exemplos de Santa Casa de Misericórdia é a do Rio de Janeiro fundada em meados do século XVI, sua origem é atribuída à ação do padre José Anchieta, da Companhia de Jesus, que em 1582, acode a esquadra espanhola do almirante Diogo Flores Valdez que se encontravam com enfermidades. Para um melhor tratamento, Anchieta ordena a construção de um barracão para abrigar os doentes, este teria dado mais tarde origem a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, assim como ao primeiro hospital, contudo existem controvérsias. “Segundo o historiador Félix Ferreira (1899), a instituição teria sido criada em 1545 ou 1547, antes da fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565), coincidindo com os primeiros núcleos de povoamento das margens da Baía de Guanabara”. (MONTEIRO; MADUREIRA, [s.d], p. 2).

A fundação da Misericórdia da Bahia é atribuída ao auditor e historiador da Misericórdia no século XIX, Antônio Joaquim Damazio, como ocorrida durante o período da chegada de Tomé de Souza no local em 1549 e a morte do terceiro governador Mem de Sá, no ano de 1572. A Misericórdia da Bahia era a filial mais importante no Brasil, adquirindo posição de importância social na década de 1560 na região. Sobre a provedoria de Mem de Sá, a irmandade foi auxiliada, sendo construída a primeira igreja da Misericórdia, feita de pedra caiada e também um hospital provavelmente sobre seu governo. Para além da ajuda financeira do provedor, a Misericórdia também obtinha sua renda através de legados (de forma direta ou com condições), onde casas e propriedades eram entregues à irmandade. A Misericórdia da Bahia desempenhou também um importante papel na ocupação holandesa ocorrida na região em 1624-5, “Durante os onze meses e meio em que os holandeses dominaram a cidade, utilizaram as igrejas como depósitos de pólvora e oficinas. A igreja do colégio dos jesuítas foi utilizada para depósito de vinho [...]” (RUSSEL-WOOD, 1981, p.68).

Em Minas Gerais, a então Santa Casa de Misericórdia de São João Del-Rei<sup>6</sup>, fundada em 1783, tinha como uma das principais funções o atendimento hospitalar de doentes pobres, estrangeiros e soldados. Outras funções ainda eram o encargo de crianças abandonadas na roda dos expostos, chamadas de enjeitadas ou expostas, o cuidado com os alienados e administração de um cemitério do ano de 1819 até 1897, quando a responsabilidade pelo enterro de mortos passa a ser da Irmandade do Santíssimo Sacramento e mais tarde de um cemitério municipal.

Na Paraíba, a Irmandade representa o resultado de uma junção de interesses tanto do poder régio quanto da Igreja e sociedade local, esses três grupos eram em muito beneficiados pelo trabalho da Misericórdia e, além disso, incentivava o projeto da Coroa portuguesa na

---

<sup>6</sup> RESENDE; SILVEIRA, 2006.



consolidação do povoamento na região, “fundada por sua iniciativa para ser a “porta” de acesso para a colonização do litoral setentrional do Brasil, efetivando a posse sobre áreas cuja ocupação não se concretizara através do sistema de capitanias hereditárias” (MOURA FILHA, 2005, p. 443). Sua fundação é atribuída ao patrocínio de Duarte Gomes da Silveira, senhor de engenho da capitania. A Misericórdia de Paraíba desempenhou um importante trabalho na cidade chamada de Filipéia, suas funções eram variadas tanto nos atendimentos aos doentes, quanto no enterro, cuidado com as crianças expostas e serviços de alfabetização para crianças.

A Misericórdia do Maranhão apresenta origens incertas, contudo deduz-se com base em documentos que sua origem tenha sido por volta do século XVII<sup>7</sup>.

É considerável a importância que as Misericórdias tiveram no cenário americano, servindo a diversos propósitos e ganhando destaque em meio a outras confrarias. A elite e a Coroa foram fortes incentivadores do projeto das Misericórdias, tanto na fundação quanto em ajudar na manutenção.

Segundo Laurinda Abreu (2000: 401), este envolvimento da elite com as Misericórdias tornara-se comum em Portugal, a partir das últimas décadas do século XVI. Em paralelo, a Coroa portuguesa ao apoiar a Santa Casa da Misericórdia, encontrava um meio para “responder de forma organizada às necessidades assistenciais do tempo, potenciando os recursos existentes e apelando para o envolvimento dos fiéis nesse processo” (MOURA FILHA, 2005, p. 444).

Esse sucesso e expansão das Misericórdias se devem em muito a sua relativa autonomia entre si e também em relação ao rei, este apesar de representar a única autoridade a quem respondiam, “só intervinha por solicitação interna, ou quando as desordens chegavam a um ponto em que era necessário intervir” (LOPES; SÁ, 2008, p. 50).

## 2.2. Origem e ação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão

Sobre a cidade de São Luís na época de instalação da Santa Casa de Misericórdia

São Luís era então uma vila com uma população estimada em apenas 300 habitantes [...] e que, a contar do forte construído à beira-mar pelos franceses em 1612, entre as bocas dos rios Maioba (Anil) e Ibacanga, não se estendia para além da área atual do Largo do Carmo que, aliás, nem esse nome já teria, porque no lugar da igreja que lho emprestou a partir de 1627, quando foi

---

<sup>7</sup> “Não obstante, sabe-se, pelo relatório de uma comissão especialmente constituída, em 1804, pelo então Presidente da Província, Desembargador Miguel Joaquim Aires do Nascimento (1863/64), publicado nº 39 do jornal O País, desse ano, que em sessão da Mesa, realizada no dia 4/2/1830, ficara registrado que a instituição tivera sua criação autorizada pelo Alvará Régio de 3/12/1622, ao tempo de Felipe III, de Portugal, e IV, de Espanha (1621/40) [...] está fora de dúvida que a Irmandade da Misericórdia só poderá, e no máximo, ter sido criada de fato, em São Luís, no fim do primeiro semestre” (MEIRELES, 1994, p. 260).

construída, o que ali existia era uma modesta capela, da invocação de Santa Bárbara.

Governava-a, ainda, um seu quarto Capitão-Mor da Conquista do Maranhão, Antônio Muniz Barreiros Filho (1622/25); e só um ano depois, com a chegada de Frei Cristóvão de Lisboa (5/8/1624), se instalaria sua primeira freguesia, a de Nossa Senhora da Vitória, de que foi ele o primeiro vigário, por provisão de D. Bartolomeu Pereira, então administrador da Prelazia de Olinda, em Pernambuco (MEIRELES, 1994, p. 260).

Ainda na época colonial, a Misericórdia do Maranhão contava com uma igreja e um cemitério. Desejando a instalação de um hospital na região passa a angariar esmolas para a construção do mesmo. Em 1760 adapta um imóvel que havia sido confiscado e localizava-se na esquina da Rua do Desterro, atualmente Rua da Palma como um hospital, tido como o único da cidade.

Em 1793, a Santa Casa lavrou a escritura de uma capela localizada no alto do Carrapatal, doada por Pantaleão Rodrigues de Castro, para ali estabelecer sua casa e hospital. Em 1794, a Câmara doou um terreno localizado nos fundos da igreja da Misericórdia “com 42 braças de fundo (44m<sup>2</sup>48). Neste último chão seria aberto o Cemitério Novo da Misericórdia”. (MEIRELES, 1994, p. 265). No ano de 1804 assumiu a administração de outro cemitério que havia sido aberto no fim da Rua Grande.

Na época do Império, o contexto metropolitano se altera no Maranhão.

O Maranhão era agora uma província do Império do Brasil, a cuja Independência (7/9/1822) aderira (28/7/1823), embora com quase um ano de atraso; e São Luís, a capital, com seus 30.000 habitantes, era, no testemunho de insuspeitos e autorizados visitantes estrangeiros [...], a quarta cidade em importância em todo o Império, só superada pelas do Rio de Janeiro, onde sediada a Corte, de Salvador, que fora a primeira capital do Brasil na colônia, e Recife, que fora a do Brasil holandês, ou Ouro Preto, capital das Minas Gerais.

Era uma cidade em que já existiam uma colônia inglesa, de comércio importador e exportador, e uma colônia francesa, que fazia o comércio de artigos de luxo.

Já havia mesmo, em São Luís, para atender aos reclamos de uma sociedade requintada, de arremedados costumes europeus, uma casa de espetáculos – o Teatro União (hoje Artur Azevedo) [...] (MEIRELES, 1994, p. 273).

O funcionamento da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão esteve atrelado inicialmente ao disposto no Compromisso da Misericórdia de Lisboa, contudo em 1841 têm-se o primeiro Compromisso próprio da Misericórdia do Maranhão em que estão registrados os deveres dos sujeitos responsáveis pela administração da irmandade e também algumas

orientações, neste trabalho estarão registrados os Compromissos dos anos de 1840 e 1849<sup>8</sup> que foram encontrados durante a pesquisa no Arquivo Público do Maranhão.

Sobre os irmãos ligados à Santa Casa o número total era de trezentos e vinte<sup>9</sup> combinado com quinze que seriam chamados de irmãos supranumerários dispostos a suprir qualquer vaga que por ocasião de falecimento ou ausência.

O Compromisso elenca ao longo de cinco parágrafos no 2º artigo do 1º capítulo as qualidades que os irmãos filiados à Misericórdia do Maranhão deveriam ter, sendo essas:

§ 1.º Ser temente a Deus, modesto e caritativo.

§ 2.º Ser maior de 21 anos.

§ 3.º Ter bom entendimento e saber; não podendo por tanto ser admitido o que não souber ler, escrever e contar.

§ 4.º Ser abastado em fazenda, de maneira que possa acudir ao serviço da Irmandade sem cair em necessidade [...].

§ 5.º Não servir à Irmandade de maneira alguma por salário (Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de 20 de Setembro de 1840, p. 24-25).

É interessante destacar que na qualidade do 4º parágrafo se prefere sujeitos com bons recursos financeiros, mais especificamente possuintes de fazenda, mostrando esse lado mais elitista da instituição, preocupada em tirar as chances de que pessoas menos favorecidas adentrassem em sua composição<sup>10</sup>. Além disso, a vida pessoal dos congregados também era uma parte importante a ser observada, sua conduta e imagem pública deveriam ser bem cuidadas, como uma forma de honrar a possibilidade de participação na Irmandade e conservar sua imagem respeitosa frente à sociedade<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Como colocado por Coe (2013, p. 48-49) “Ao longo do Oitocentos foram vários os pedidos de reformulação do estatuto da Irmandade, sob a alegação principal de que o Compromisso de 1840 seguia os padrões dos primeiros compromissos ainda do século XVI, estando inadequado para o tratamento das principais questões atinentes à Misericórdia maranhense no século XIX”. Essa insatisfação aliada a polêmicas em relação a eleição da Mesa em 1841 culminou nas reformulações trazidas no Compromisso de 1849.

<sup>9</sup> Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de 20 de setembro de 1840, p. 24.

<sup>10</sup> “O critério ‘ser abastado em fazenda’ já demonstrava que a Misericórdia buscava selecionar seus participantes entre as categorias sociais mais privilegiadas, proibindo aos escravos, ex-escravos e indivíduos pobres a participação como irmão, reduzindo o ingresso aos portugueses, comerciantes e donos de fazendas, categorias que gradativamente iam se autoafirmando como detentores de grandes posses” (COE, 2003, p. 44).

<sup>11</sup> O Compromisso de 1840 proibia que seus membros “Vivessem escandalosamente, entregues a vícios que o deshonrem, e envergonhem a irmandade” (Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de 20 de setembro de 1840, p 27).

Sobre as obrigações dos irmãos<sup>12</sup>, o Compromisso é bastante sucinto, listando-as em somente dois artigos, o primeiro versa sobre o dever de estar sempre em prontidão para atender aos chamados da Irmandade e o segundo sobre a obrigação de comparecimento na festa do Senhor S. José e na Procissão dos Ossos, além de assistir os enterros de irmãos da Misericórdia que vierem a falecer.

Em relação ao trabalho desenvolvido<sup>13</sup>, é colocado que entre seus fins estão cuidar dos enfermos, socorrer os pobres presos e criar os chamados Expostos<sup>14</sup> ou meninos abandonados.

O Compromisso de 1840 lista no seu 23º artigo do 4º capítulo onze categorias de empregados que estariam dispostos na Mesa, o Provedor, Secretário, Tesoureiro, Procurador Geral, Inspetor dos Hospitais e Casa da Roda, Mordomo da Igreja e Cemitério, Mordomo dos Edifícios, Tesoureiro das Loterias, Mordomo dos Presos, além disso, dois mordomos letrados e dois mordomos visitantes. Dentre essas funções a mais importante era a do Provedor que segundo o Compromisso tinha por obrigações

[...] Compete-lhe:

§ 1. Presidir á Mesa, manter a ordem nas Sessões, convocar-a extraordinariamente quando convenha.

§ 2.º Fazer observar o presente Compromisso em todas as suas partes, e as decisões da Mesa e da Junta Definitoria.

§ 3.º Fazer que os Mesarios cumprão exatamente e com fidelidade as obrigações dos seus cargos.

§ 4.º Presidir a Comissão de exame.

§ 5.º Propor em Mesa admoestação daqueles Mesarios que se não empregarem como devem nas obrigações de seus respectivos cargos [...]

§ 6.º Convocar e presidir aa Junta Definitoria.

---

<sup>12</sup> Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1840, p. 26-27.

<sup>13</sup> Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1849, p. 6.

<sup>14</sup> A assistência às crianças desvalidas esteve principalmente sobre a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, por meio da Casa dos Expostos, existindo “em Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Após a Independência do Brasil, em 1822, várias Misericórdias passaram a ter esse tipo de estabelecimento em suas dependências. Até meados do século XIX, podia-se contar com 12 Casas dos Expostos” (PINHEIRO, 2020, p. 38). Abordando especificamente o cenário maranhense, Pinheiro (2020, p. 40) coloca “César Marques descreve que a criação do estabelecimento foi proporcionada por meio da esmola de 2 mil contos de réis deixada pelo coronel Isidoro Rodrigues Pereira no ano de 1825. No dia 1º de dezembro de 1828 a Casa dos Expostos foi inaugurada, no mandato do presidente da província, Pedro José da Costa Pinto. E na noite de 24 de outubro de 1829 entrou o primeiro exposto. O estabelecimento funcionava ao lado da Igreja de São Pantaleão com poucas acomodações e em péssimas condições de estado”.

§ 7.º Mandar fazer effectivas todas as despesas decretadas pela Mesa. (Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1840, p. 33).

Para além dos membros Mesa e do Provedor, outros integrantes da administração da Santa Casa seriam os definidores, no compromisso não se tem muitas informações diretas sobre a composição dos seus membros, apenas de que as suas eleições eram mais rápidas que a da Mesa e que juntamente com os demais membros administrativos compunham a Junta Definidora formada especificamente por onze Definidores e sete Mesários juntamente com o Provedor, dentre suas funções estão

§ 1.º Interpretar o Compromisso e adicionar-lhe os artigos, que julgar convenientes no que fôr de mera administração dos bens e rendas da Casa [...]

§ 2.º Auctorisar a venda que mais vantajosa fôr dos bens de raiz, que a Casa não poder conservar na forma das Leis existentes [...]

§ 3.º Auctorisar a compra dos bens de raiz, que forem necessarios para completar o patrimonio legitimamente concedido ou tendo obtido licença do Poder competente [...]

§ 4.º Approvar os planos e orçamentos de obras novas e concertos que excederem de quinhentos mil reis e ordenar a sua execução.

§ 5.º Permitir a celebração de algum contracto, cujos efeitos hajão de durar mais de tresannos [...]

§ 6.º Crear empregos novos [...] e extinguir os que achar inuteis [...]

§ 7.º Approvar ou regeitar [...] a readmissão dos Irmãos que tiverem sido despedidos.

§ 8.º Conhecer definitivamente dos recursos interpostos... (Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1840, p. 32)

A direção da Misericórdia seria composta por uma mesa diretora comandada pelo Provedor da Misericórdia. Para eleição desses componentes<sup>15</sup> se tinha um processo que consistia inicialmente com a eleição de uma mesa eleitoral formada pelo atual Provedor juntamente com dois mesários considerados secretário e tesoureiro. O secretário faria uma chamada dos Irmãos da Irmandade e cada um apresentaria uma lista com vinte nomes para eleger a Mesa e outra de 12 para os Definidores, no dia seguinte, em presença daqueles que entregaram as listas, se faria a apuração dos votos e após a conferência seriam declarados vinte irmãos eleitores e 10 suplentes para estes e já no outro dia seriam eleitos, pelo mesmo procedimento, porém já para a vaga, os 12 irmãos definidores com seis suplentes.

<sup>15</sup> Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1840, p. 10-13

Passa-se para a votação da Mesa e do Provedor, é colocado como impedimentos para concorrer a essa posição ter servido durante os três últimos anos de forma consecutiva ou fazer parte dos atuais eleitores, o primeiro cargo a ser votado é o de Provedor através do depósito dos votos em uma urna, aquele que alcançasse o mínimo de 11 votos seria o Provedor eleito, após este ser eleito e aclamado se passa para a eleição da Mesa na seguinte ordem Secretário, Tesoureiro, Procurador Geral e Sete Consultores, no dia 1º de janeiro os eleitos serão empossados e a ata será lavrada com seus nomes. O Compromisso coloca que a eleição de metade da Mesa deveria ser feita anualmente, não podendo ser renovada totalmente antes dos dois anos, enquanto o Provedor será alterado anualmente, podendo ser reeleito por mais um ano.

O Compromisso de 1849 lista cinco motivos pelos quais um Irmão poderia ser excluído da Santa Casa<sup>16</sup> e estes seriam quando furtasse algum bem pertencente à Misericórdia, negar-se a assumir a função pela qual foi encarregado, for condenado judicialmente mesmo que seja perdoado, ser considerado doloso ou prejudicial pela opinião da maioria da Mesa e por último caso diga palavras afrontosas e escandalosas a outro Irmão na presença de no mínimo três pessoas, da Mesa ou do Provedor.

Antigamente “protector da Santa Casa de Misericórdia” como é descrito no art. 31 do 4º capítulo do Compromisso de 1840, a partir do ano de 1850, o cenário se alterou e o cargo de Provedor da Misericórdia passou a ser exercido pelo Presidente da Província, através da Lei provincial nº 284 de três de dezembro de 1850. Em relação a essa mudança, Coe (2013, p. 49) afirma que

Em 1841, houve grande polêmica acerca da eleição da Mesa naquele ano, sob a suspeita de manipulação de resultados a partir de interpretações equivocadas do Compromisso, bem como em anos posteriores, com reclamações recorrentes. Tais fatos levaram a mesa diretora a tomar providências, reformulando em 1849 alguns itens do estatuto, pois neste momento algumas modificações foram aprovadas pela Lei provincial nº 284 de 3 de dezembro de 1850. Nesse ano passou o Provedor a ser obrigatoriamente o Presidente da Província e dele a competência da escolha e nomeação dos demais membros da Mesa, que seriam renovados anualmente em um terço do total.

As modificações ocorridas na segunda metade do Oitocentos tiveram como objetivo dar maior controle aos serviços prestados pela Misericórdia, numa tentativa de centralizar decisões que antes ficavam a cargo das Mesas diretoras. A própria institucionalização do cargo de Provedor para o presidente da província demonstra maior preocupação com as contas públicas, no sentido de racionalizar a relação receita-despesa.

---

<sup>16</sup> Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de 20 de setembro de 1849, p 17.

Assim se percebe que a decisão de tornar o Presidente da Província o Provedor da Misericórdia partiu das polêmicas relacionadas a Mesa. Essa mudança teria por objetivo trazer maior segurança das decisões tomadas naquela instituição, centralizando nas mãos de alguém confiável.

Em relação ao funcionamento da Santa Casa, esta instituição realizava obras assistenciais para os mais necessitados com diferentes obras. Marques (1870, p. 413) coloca que

Tratava dos presos de justiça quando doentes, e em 1781 com medicamentos gastou 20\$440, além de mandar tratar os pobres á sua custa no hospital militar, e dava também mortalha aos presos, que morriam. [...]

N'esse ano de 1805 gastou ella com esmollas a pobres fora do hospital e sustento de presos na cadeia 881\$095 reis.

Além da ajuda aos presos, ao se ler os orçamentos e despesas da Misericórdia do Maranhão que estarão presentes em seus ofícios se tem uma noção de alguns gastos fixos e eventuais que essa instituição tinha. Nos Ofícios do Secretário da Santa Casa de Misericórdia (1851-1898) se encontram alguns destes, por exemplo, no ofício de 31/12/1860 existem gastos com a Casa dos Expostos (valor: 977.221), Hospital da Caridade (valor: 6:860. 491) e Hospital dos Lázaros (valor: 717.010), as despesas assistenciais com estes estabelecimentos seriam fixas, se encontrando comumente nos orçamentos se utilizando para compra de roupas, alimentos, sabão, louça, medicamentos, entre outros. Já quando se analisa os gastos eventuais têm-se, por exemplo, o ofício de 01/04/1839<sup>17</sup> que traz ofertas de esmolas (valor: 652\$000) e investimento na educação da órfã Amalia Augusta (valor: 90\$000), no mapa comparativo das despesas da Santa Casa<sup>18</sup> nos meses de maio e junho de 1841 estão registrados respectivamente os seguintes gastos com esmolas 3\$200, 2\$340 a D. Anna Francisca do Berredo.

Para além desse trabalho assistencial acima colocado, a Misericórdia do Maranhão também prestou auxílio às mulheres, mais especificamente a jovens órfãs e desvalidas. Como já mencionado anteriormente a presente discussão se foca no século XIX, período em que a instituição passa por dificuldades financeiras, mas persiste no seu trabalho caritativo e em que se encontra um número significativo de documentações em relação a essa abordagem.

---

<sup>17</sup> Ofícios do Secretário da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província (1830-1843).

<sup>18</sup> Esse mapa comparativo não apresenta um dia do mês, apenas informando os meses analisados que são de maio, junho e julho e o ano de 1841.

### 3. A ASSISTÊNCIA FEMININA PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO

#### 3.1. Os estudos de gênero na prática assistencial feminina

Segundo Joan Scott (1994, p. 13)

[...] gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada.

Como colocado pela teórica, gênero seria um saber que tem por intuito organizar socialmente a diferença sexual a partir do estabelecimento de significados para as diferenças corporais que irão variar em relação às culturas, os grupos sociais ou mesmo o tempo. Sendo assim, não é a demonstração de características fixas, ao contrário, o gênero é culturalmente construído.

O início e amadurecimento dessas e outras reflexões sobre gênero se devem sem dúvida a influência de feministas que buscavam destacar e incluir a situação da mulher no decorrer da História. Ao abordar o feminismo enquanto movimento social organizado, Louro (1997) atenta para os acontecimentos que irão ocorrer durante final do século XIX e meados do XX, tendo primeiramente no “sufragismo” uma maior expressividade ligado ao interesse de mulheres brancas de classe média que reivindicavam direitos básicos igualitários. Na década de 1960 tem-se além das preocupações sociais e políticas, a construção de debates teóricos em relação à mulher, sendo retratados em marchas, protestos públicos, livros, jornais, revistas e no universo acadêmico. A partir das impregnações de questões que as militantes feministas acadêmicas irão abordar em suas discussões surgem os estudos da mulher.

Com o objetivo de fazer avançar essas análises e acreditando na potencialidade dos empreendimentos coletivos, algumas mulheres vão fundar revistas, promover eventos, organizar-se em grupos ou núcleos de estudos... Às vezes transformados em guetos, mediante processos nos quais também tem responsabilidade e envolvimento, muitos desses grupos acabam por ser excluídos (e por se excluírem) da dinâmica mais ampla do mundo acadêmico. Torna-se comum a tendência de deixar que nesses espaços (e apenas neles) se tratem das questões relacionadas à mulher. Deste modo, propostas, que iam



desde a “integração do universo feminino ao conjunto social” até pretensões mais ambiciosas de “subversão dos paradigmas teóricos vigentes”, enfrentam muitas dificuldades para se impor (LOURO, 1997, p. 18).

Muitos dos estudos ainda irão se centrar em aspectos descritivos das “[...] formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico” (LOURO, 1997, p. 20).

Com esses primeiros estudos, as mulheres deixam de serem somente coadjuvantes para se tornarem o tema central, sendo levantadas informações a seu respeito e demonstradas as lacunas que permeavam suas trajetórias. Essas pesquisas, inicialmente intituladas de Estudos Feministas, possuíam um caráter político se entendendo que as questões daí suscitadas “tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinham (e tem) pretensões de mudança” (LOURO, 1997, p. 19).

O aprofundamento e ampliação dos aspectos das vidas femininas que se estudavam acabam por exigir explicações que serão alicerçadas em teorias, indo do uso do Marxismo ou da Psicanálise até a produções teóricas propriamente feministas. As discussões em torno da distinção biológica entre homens e mulheres como explicativos para a desigualdade entre ambos ou das suas relações dentro da sociedade, a partir do que se construiu socialmente sobre os sexos, irá se constituir em uma nova linguagem que traz o gênero enquanto conceito fundamental.

Segundo Louro (1997, p. 21), o termo *gender* passa a ser distinto de *sex* através das feministas anglo-saxãs, diferentemente das abordagens que destacam o determinismo biológico<sup>19</sup>, o uso do termo gênero enfoca o caráter “fundamentalmente social” que está presente nas distinções baseadas no sexo. A biologia não é negada, mas a construção social e histórica são enfatizadas buscando-se “referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” (Louro, 1997, p. 22). A autora ainda coloca

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori*. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e

---

<sup>19</sup> “Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (BUTLER, 2003, p. 24).

homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (Louro, 1997, p 23).

Sendo assim, ocorre um afastamento das explicações puramente biológicas em detrimento ao entendimento de que mulheres e homens carregam uma pluralidade que para além da sua formação pessoal e questões étnicas, raciais, de classe, etc. perpassa pelas diferenciações entre as sociedades e os momentos históricos que deverão ser levados em consideração nos estudos de gênero e suas conseqüentes problematizações, já não se cabe respostas deterministas, os sujeitos são diversos.

No Brasil, as discussões de gênero são antecedidas por movimentos de mulheres e feministas que irão se formar na década de 1970 (SILVA, 2000) preocupadas em plena ditadura militar em reivindicar o atendimento de necessidades básicas, em São Paulo, por exemplo, mulheres de periferia, por meio das comunidades da Igreja Católica, “reivindicavam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a carestia” (SILVA, 2000, p. 3), mas também buscam lutar pela igualdade entre mulheres e homens, pela anistia e abertura democrática. Existe uma reivindicação de nova articulação entre a política e a vida cotidiana.

Nos anos 80, grupos feministas irão ter uma maior difusão pelos principais centros urbanos brasileiros e as discussões passarão a se concentrar na perspectiva de gênero.

[...] as pesquisas passam a apontar também o caráter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir de relações de poder e conseqüentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres é preciso estudar as relações sociais entre os sexos. (SILVA, 2000, p. 5).

O uso da temática de gênero nos estudos que serão desenvolvidos nessa década, unido ao próprio movimento feminista irá proporcionar o entendimento da heterogeneidade das diferentes experiências femininas, levando em consideração as relações que se estabelecem entre os sexos.

As autoras Heilborn e Soja (1999) afirmam que a aproximação do feminismo com grupos de acadêmicas no Brasil foi algo que possibilitou a ampliação dos estudos, devido ao acesso mais facilitado em elaborar e disseminar as questões propostas. Essas estudiosas estiveram desde o início da difusão das ideias feministas envolvidas na academia e diferentemente dos Estados Unidos elas não irão construir espaços alternativos para tratar da temática e sim irão se integrar à dinâmica da comunidade científica nacional através do reconhecimento da relevância científica de seus estudos. Antigamente, “estudos sobre mulher”, a substituição pelo termo gênero “favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no

uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino” (HEILBORN; SOJA, 1999, p. 4).

Um importante elemento a se levar em consideração nos estudos de gênero, como já aqui falado, é o contexto histórico inserido nas análises. A História “figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual” (SCOTT, 1994, p. 13), sendo assim interfere no saber que é produzido em relação à diferença sexual, pois está envolvido na pluralidade de normas, costumes que irão ser padrões em determinada época. Scott (1994, p. 13) coloca que o gênero no presente é influenciado pelas representações históricas do passado, sendo assim as normas e costumes antigos, mesmo que caídos em desuso, irão influenciar a percepção e o contexto do presente.

O estudo da prática assistencial feminina no século XIX por intermédio da ação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e do Asilo de Santa Thereza perpassa pela análise tanto da forma como essa assistência era prestada quanto também pela mentalidade da época em relação à mulher, entendendo como estas eram vistas na sociedade e o que sociedade esperava desta. O uso da perspectiva de gênero para se estudar a assistência feminina possibilita um olhar mais crítico e observador, indo além dos acontecimentos da época aqui tratados para serem “como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos” (SCOTT, 1994, p. 19).

Um conceito relativizado de gênero como um saber historicamente específico sobre a diferença sexual permite às feministas forjar um instrumento analítico duplamente afiado, que permite gerar um saber novo sobre as mulheres e sobre a diferença sexual e inspirar desafios críticos às políticas da história ou, também, de qualquer outra disciplina. A história feminista deixa então de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar da produção do saber de gênero (SCOTT, 1994, p. 25).

### **3.2. A assistência a jovens órfãs e desvalidas pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão**

A primeira década do século XIX no Maranhão foi marcada por um relativo sucesso econômico, fruto da ação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, o que permitiu que sua capital fosse a quarta mais rica do Brasil.

Os viajantes estrangeiros Spix e Martius, ao passarem pelo Maranhão, em 1821, relataram ser sua capital, São Luís, a quarta cidade do Brasil em população e riqueza, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Todo esse poderio, ocasionado pela Companhia de Comércio na segunda metade do

século XVIII, ofereceu a uma minoria a possibilidade de construir os confortáveis e luxuosos sobrados, educar filhos e filhas no exterior e desenvolver costumes condizentes com o que se praticava na Europa (COE, 2013, p. 35).

No início deste século o Maranhão vai desfrutar do seu auge do sistema agroexportador através das medidas de intervenção realizadas por Marquês de Pombal ainda no fim do século XVIII. Pombal tinha por objetivo “dinamizar a economia da colônia por meio das divisas geradas pela exportação, tendo como foco o enriquecimento da metrópole” (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Segundo Coe (2013), esse crescimento econômico proporcionou uma imigração portuguesa e uma entrada significativa de africanos escravizados no Maranhão, bem como investimentos urbanos na forma de igrejas, prédios públicos e moradias de pedra e cal. Os fazendeiros e comerciantes adquiriram grandes fortunas e tiveram acesso a novos estabelecimentos que surgiram na cidade de São Luís como a Biblioteca Pública, livrarias, bancos, o Liceu, entre outros.

De acordo com o abordado, se percebe o quanto esse investimento no algodão pela Companhia de Comércio foi benéfico para o desenvolvimento econômico do Maranhão, colocando-o até mesmo uma de suas cidades em quarto lugar no ranking de cidades mais ricas da época.

Para Regina Faria, o sistema agroexportador implantado por Pombal caracterizava-se “por um tipo específico de acumulação, por meio da qual se solidarizavam o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sobre o predomínio do primeiro” (Faria, 2001, p.30). Foi em torno destes últimos que se estruturou uma elite agrícola e comercial no Maranhão, tendo a cidade de Alcântara (a menos de dezoito quilômetros por via marítima da Capital) como centro do desenvolvimento agrícola e São Luís, mais especificamente o bairro da Praia Grande, como centro comercial (OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Contudo esse cenário irá se alterar na segunda metade do século XIX. A época dos altos preços do algodão vai dar lugar ao investimento no açúcar, derrubando assim os grandes lucros obtidos até então com o produto, além disso, a Guerra de Secessão que havia freado a produção algodoeira estadunidense irá ter fim no ano de 1865 e assim o país irá retomar sua liderança.

Coe destaca que

A crise da lavoura na segunda metade do século XIX caiu como um fardo para as elites políticas e intelectuais que a tomaram como uma grande derrota, retirando da província a possibilidade de crescimento contínuo e de progresso aos moldes das grandes províncias brasileiras. Como elementos de início da crise da lavoura, estariam a súbita baixa de preços de algodão, a Setembrada

(1831) e a Balaiada (1838-1840), que teriam desestruturado a vida econômica da província em consequência da queda de preços, o que levou a decadência os pequenos proprietários rurais, além do estabelecimento do comércio europeu direto com Belém, contribuindo para a estagnação econômica da província (COE, 2013, p. 39).

Além dessas questões o autor ainda aponta o acontecimento de várias epidemias como a febre amarela (1851), varíola (1854), gripe (1859) que afastaram possíveis imigrantes europeus.

### Segundo Oliveira

A partir da década de 1820, o sistema agroexportador começou a entrar em crise. Conforme aponta Bandeira Tribuzzi, tal crise esteve relacionada a fatores externos, como a retomada da produção do algodão norte-americano, e ao próprio cenário político interno daquela época, de transição política da colônia para o Império. Em si mesmo, o sistema agroexportador já trazia consigo, em sua própria estrutura, fatores adversos à sua permanência:

O crescimento da economia se fazia de fora para fora; o sistema escravista impedia o surgimento de um mercado interno significativo; a exclusão de dois terços da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre, assim como as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola e o comércio varejista (OLIVEIRA, 2011, p. 24-25).

Essa nova realidade cria uma situação de decadência na economia maranhense e provoca também mudanças no cenário assistencial. No século XIX, a Misericórdia do Maranhão passou a enfrentar dificuldades com a queda no número de doações e consequentemente dificuldades em manter suas funções. Em 1845, é atestado esse problema no Hospital dos Lázaros. “Está em completa ruína o edifício que serve de asylo aos lázaros. Este estabelecimento acha-se a cargo da irmandade da santa casa, mediante um subsidio da província, insufficiente para dar-se commodo agasalho áquelles infelizes”. (Relatórios e Falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889), 03/05/1845).

Diante do exposto, perceberemos que o contexto de crise que abateu a Província do Maranhão na segunda metade do século XIX, reflexo das oscilações econômicas e tensões recorrentes do abastecimento de produtos de primeira necessidade contribuiu para a legitimidade dos discursos das Mesas diretoras da Santa Casa da Misericórdia do Maranhão e dos presidentes-provedores, corroborando a ideia de que as crises financeiras que caracterizaram a segunda metade do Oitocentos influenciaram na qualidade da prestação da assistência praticada pela Santa Casa em São Luís (COE, 2013, p. 43).

A Misericórdia enfrentava dificuldades em dívidas ativas que iam se acumulando, “a maior parte do patrimônio era constituída de bens imóveis [...] cujos valores eram virtuais.”

(COE, 2013, p. 84) e com isso não podiam ser usados para pagar despesas do cotidiano, além disso, as dívidas aumentavam a cada nova mesa diretora que passavam as dívidas à frente sem resolvê-las, ademais também existia uma forte disputa pelos bens pertencentes à Irmandade.

Quando assumi a administração da província, encontrei aquela pia instituição em estado de visível decadência!

[...]

Pouco importava tratar eu de apreciar as causas do meu estado da Santa Casa da Misericórdia senão tanto, quanto me fosse isso necessário para pô-la á melhor caminho. Foi o que fiz: e não achei dificuldade em reconhecer que uma das causas desse estado era a falta de unidade na acção administrativa dos agentes dela encarregados pelo respectivo compromisso.

[...]

Havia-se assentado em que a mesma meza se reunisse todos os domingos sob a presidência do provedor.

Entretanto tinham-se passado 6 meses sem que nenhuma reunião se fizesse! (Relatórios e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889), 24/11/1863).

Nesse relatório, o Presidente da Província atribuí a situação da Santa Casa a própria administração realizada pelos seus funcionários, carecendo de unidade ou mesmo de comprometimento como é observável quando ele ordena as reuniões aos domingos, mas estas não estavam sendo realizadas a exatos seis meses.

Essas dificuldades internas vão aos poucos atingindo o sistema interno da Misericórdia e seus estabelecimentos:

O edifício do hospital carece de urgentes reparos. As rendas arrecadadas apenas chegam para as despesas ordinárias da instituição [...] A Assembléa provincial, fixando a despeza da Santa Casa, reduzio por tal modo os ordenados de seus empregados, que eles declararam não poder continuar a servir. Não sendo conveniente despedir empregados conhecidos e zelosos, nem licito esperar substitutos em condições aceitáveis com a remuneração fixada no orçamento, vio-se a mesa administrativa na penosa alternativa de desobedecer a lei, ou fechar o hospital de caridade, e paralisar todo os serviços à cargo da instituição (Relatórios e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889), 29/04/1872).

Além de enfrentar dificuldades financeiras em manter a sua prática caritativa, a Misericórdia do Maranhão também era atingida pelas constantes disputas e brigas por cargos em sua administração, o que a prejudicava internamente e também externamente perante a sociedade.

[...] o prestígio emprestado aos que logravam alcançar a distinção de integrar a Mesa, acabaria por provocar uma disputa que, pelas influências políticas, têm sido, desde 1837, as causas primárias dos danos e transtornos que há sofrido este estabelecimento [...] – está escrito naquele relatório da Comissão que o Presidente Aires do Nascimento designaria, em 1864 [...]

[...] ainda estão na memória de todos as cenas escandalosas que se deram em 1841 por ocasião da eleição da Mesa, cuja conquista aspiravam os mais diferentes lados políticos [...], cenas escandalosas não só de palavras como de vias de fato, entre mesários e irmãos! (MEIRELES, 1994, p. 275).

Outro ponto a ser destacado como um contribuidor para essa situação seriam as dívidas ocasionadas em forma de empréstimos dados a determinadas pessoas e que acabavam por não ser devolvidos à instituição “A Irmandade havia perdido o controle da quantidade de devedores [...]. As listas de devedores eram repetidas a cada novo balanço das contas, sem que grandes quantias fossem devolvidas aos cofres da instituição. (COE, 2013, p. 84). Nos ofícios do secretário da Santa Casa de Misericórdia (1830-1843) tem-se uma lista com catorze páginas de homens e mulheres que devem à Santa Casa e seus respectivos valores, embaixo de cada nome existem informações sobre as dívidas, encontrando-se que alguns pagaram, outros sem condições de pagar, os que entregavam somente parte do valor requerido e até mesmo pessoas que possuíam paradeiro desconhecido<sup>20</sup>. Esses empréstimos feitos não se limitam somente nesse ofício, mas vão estar presentes em outros, demonstrando assim que era uma prática recorrente.

Contudo, mesmo em meio às dificuldades que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão enfrentou no século XIX, seu trabalho assistencial persistiu. Um dos principais meios de renda era através das doações feitas à instituição, que permaneceram a serem realizadas, como é observável nos seguintes trechos de ata de reuniões em que se pede que a Misericórdia receba os valores deixados em testamento por dois homens.

[...] Uma carta do [...] Constantino José Vianna, residente da cidade de Lisboa e testamenteiro do [...] José Francisco [...] comunicando ter este fallecido na mesma cidade á 23 de maio ultimo, e legado em seu testamento ao hospital da Santa Casa Misericordia desta cidade, [...] á rua do Trapinche, e pedindo que a mesma Santa Casa se faça representar no inventario á que se vae proceder judicialmente perante as justiças d’aquelle Reino, nomeando pessoa se incunha de liquidar alliaquelle legado, em ordem a entrarem-se [...] e despesas por parte da Irmandade. Sendo posta em discussão a mesma carta, resolveo a Mesa Administrativa não só nomear seus procuradores n’ aquella cidade aos [...] Emes Costa e Companhia, negociantes alli residentes, dando-lhe todos os poderes precisos afim de poderem tomar parte no mesmo

<sup>20</sup> Não possui uma data do mês exatas e a parte do documento com a datação está deteriorada, mas está presente na documentação de 1841 e se consegue ler a indicação de ser do mês de maio.

inventario por parte da Irmandade e proceder a liquidação do referido prédio até a sua entrega, como também incumbiu o seu secretario de responder a carta acima dita do [...] Constantino José Vianna, dando-lhe conhecimento de providencias tomadas pela Mesa e agradecendo-lhe sua communição (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 19/09/1881).

[...] Tendo o [...] Thesoureiro Feleciano Sousa pedido que a Mesa Administrativa lhe fizesse dar uma procuração afim de receber do testamenteiro do falecido José Antonio Barbosa a quantia de cem mil reis, por elle deixada á Santa Casa de Misericordia [...] (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 21/10/1881).

Essas doações eram realizadas tanto através da entrega de certas quantias de dinheiro como através de objetos, como é demonstrado no trecho da seguinte ata que faz menção a alguns nomes de homens que prestaram esse serviço.

Pelo referido Mordomo Marques Rodrigues foi trazido ao conhecimento da Mesa que fizeram donativos á Santa Casa os seguintes cidadãos: - Joaquim José Rodrigues Leitão e Peixoto Dias [...] de uma escada americana na importância de 8.000 reis; Libanio Valle de 2 peanhas de madeira para a capella do Hospital; Antonio Carvalho da Silva Branco – de uma porta para o sacrario com uma chave de patra e todo o fôrro interno do mesmo sacrario de setim, um vaso e uma lampada de metal, tudo na importancia de 60.000 reis, para a dita capella; e Augusto Cesar Marques medicamentos fornecidos gratuitamente ao Hospital dos Lazaros, na importancia de 373.840 reis [...].

Apresentou tambem á Mesa o [...] Mordomo dos Expostos Collares Moreira, acompanhada de um offício seu, uma relação de diversas senhoras e cavalheiros, contribuindo com donativos, já em dinheiro, já em fazendas e objectos de uso domestico em favor da Casa dos Expostos, em virtude do appello que fez o referido Mordomo á sua philanthropia, produzindo os donativos em dinheiro a importancia de 811.000 reis, de que ja empregou o mesmo Mordomo em roupas e outros objectos necessarios aos Expostos a de 361.000 reis, ficando o saldo em seu poder de 449.290 reis (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1889-1894], 15/01/1891).

Uma das tentativas feitas para tentar contornar o cenário de crise, foi a decisão estabelecida no Compromisso de 1850 de que o Provedor da Misericórdia seria o Presidente da Província, passando este a ser responsável pela escolha e nomeação dos membros da mesa, em uma tentativa de maior imparcialidade em tal decisão, como também diminuir as disputas internas.

[...] Pedio a palavra o Drº Vianna [...] e disse que antigamente eram os cargos da Santa Casa por eleição, mas depois que uma leia determinou que o cargo de Provedor fosse occupado pelo Presidente da Provincia, hoje pelo Governador do Estado, cabe a este essas nomeações [...]. (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1889-1894], 11/02/1890).



Em meio às ajudas recebidas, a Santa Casa continuou seu trabalho assistencial como é possível verificar com a leitura das despesas da instituição, por exemplo, no livro das Leis da Província do ano de 1876 se encontram gastos com medicamentos para o Hospital de Caridade no valor de 2:000\$000 réis, com roupas e calçados para Casa dos expostos no valor de 300\$000 réis, entre outras despesas. Como já aqui mencionado alguns gastos eram permanentes da instituição como os com a Igreja, hospital, cemitério e Casa dos Expostos e outros aparecem eventualmente dependendo da necessidade.

A assistência feminina prestada pela Santa Casa é encontrada com a leitura atenta da documentação como foi o caso, aqui já mencionado, do custeio dos gastos com a educação da jovem Amalia Augusta que inclusive vai estar presente em outro balanço, constando gastos no valor de 90\$000 com sua alimentação<sup>21</sup>. Em outros balanços das despesas a doação de esmolas a D. Anna Francisca do Berredo nos valores de 2\$200 (mês de maio) e 2\$340 (mês de junho)<sup>22</sup>, uma pensão a uma educanda de um recolhimento feminino no valor de 90\$000<sup>23</sup>.

Esses valores acima demonstram que a instituição utilizou de sua receita para ajudar diretamente mulheres em alguma situação de necessidade, demonstrando assim que existia uma preocupação em zelar pelas moças da sociedade, variando as questões desde educação até o próprio sustento físico.

Para além do simples ato de ajuda financeira, existia o caso de meninas pobres na idade de casar-se, mas que não possuíam condições para arcar com as despesas, sendo esse grupo constituído por meninas órfãs. A Misericórdia do Maranhão também atuou no amparo a estas jovens. Na citação abaixo é trazida a solicitação de um homem para se casar com uma exposta da Santa Casa

Um requerimento em que Antonio Monteiro da Silva pede o consentimento da Mesa para poder casar-se com a exposta da Santa Casa Paulina Angelica Nogueira Lima, de quem já tinha o preciso assentimento. Sendo posto em discussão o dito requerimento, foi elle remetido ao Em. Mordomo dos expostos D<sup>o</sup>. Raimundo Sá para dar sua informação (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881 – 1889], 20/05/1882).

---

<sup>21</sup> Localizado nos Ofícios do Secretário da Santa Casa da Misericórdia ao Presidente da Província, 1842-1843. Está inserido no Balanço da receita e despeza dos cofres dos anos de 1841 a 1842.

<sup>22</sup> Localizado nos Ofícios do Secretário da Santa Casa da Misericórdia ao Presidente da Província, 1841.

<sup>23</sup> Apesar da documentação localizar o documento enquanto referente aos anos de 1840-1841, está localizado nos Ofícios do Secretário da Santa Casa da Misericórdia ao Presidente da Província, 1842-1843.

Esse requerimento bem como outros irão ser bem presentes com pedidos de homens para se casar com meninas que eram amparadas pela Misericórdia, o que era levado para discussão da Mesa, presumindo-se que seria analisado o perfil do solicitante para então se dar ou não a aprovação para a união.

Em certos casos para além da permissão concedida, a instituição também ofertou ajuda financeira com os gastos para o enxoval dos futuros noivos como é possível verificar nos dois seguintes documentos ainda das Atas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão de 1881 a 1889 em que especifica o valor doado:

Requerimento de [...] Augusto Guimarães, que foi exposto na Casa da Roda e actualmente é empregado no estabelecimento dos Educandos, pedindo permissão para casar com a exposta da mesma Roda [...] Jorgina Gomes de Santos.

A Mesa concedeu a permissão requerida, e resolveu ainda conceder o donativo de 200 000 Rs em dinheiro para a referida orphã digo, a referida exposta aplicar em seu enxoval (07/01/1887).

Requerimento, já informado favoravelmente pelo Mordomo dos Expostos, de Jose Maria dos Santos pedindo permissão á Mesa para casar com a exposta Maria [...] Sousa Carneiro. A Mesa resolveu conceder a permissao requerida ee que o [...] Thesoureiro [...] dos cofres a seu cargo a quantia de dusetos mil reis (200 000 rs) á mesma para os arranjos de seu enxoval (25/04/1887).

Nos dois requerimentos acima, se percebe que ocorreu uma solicitação anterior de casamento com expostas ligadas à Santa Casa e juntamente com a permissão eram entregues de prontidão os valores de duzentos mil reis, sem que, aparentemente, ocorresse um pedido anterior, o que irá destoar de outras documentações que irão ser vistas mais adiante.

Contudo, os casos mais comuns eram solicitações de ajuda com os gastos do casamento à Santa Casa, como consta em um requerimento apresentado em uma ata de uma jovem que fazia parte da Roda dos Expostos que solicita ajuda em qualquer valor para as despesas de seu enxoval, mencionando ajudas anteriores a outras expostas.

Requerimento de Maria Ritta Barciella Martins, exposta da roda, donde com permissão da Mesa sahio em Fevereiro de 1873 para Companhia de sua ama Ritta [...] Ramos pedindo que lhe seja concedida qualquer esmola para ajudala nas despesas do enxoval de seu casamento, a exemplo do que a Mesa resolveu em favor de suas expostas que estam para casar (Livro de ata das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 10/06/1887).

Essa solicitação mostra que para além da entrega de valores para despesas com enxoval por ocasião de casamento das expostas, também existiam as solicitações de jovens para que se

ajudasse nesse mesmo quesito, sendo também interessante destacar que no caso de Maria Ritta, esta havia saído da Roda dos Expostos em fevereiro e reapareceu em junho com seu pedido, isso pode demonstrar a continuidade no amparo feminino pela Misericórdia mesmo após um afastamento das dependências da instituição.

Nas atas das reuniões da irmandade foi encontrada uma importante doação de um legado destinado a órfãos ou órfãs por autoria do Coronel Antonio da Costa Ferreira cujo qual a Santa Casa acaba por decidir dá-lo a algum grupo de órfãs para que pudessem se casar.

[...] uma carta data de 29 de novembro deste anno, apressentada ao mesmo Exmº [...] Provedor pelo Tenente Antonio [...] de Campos Costa, na qualidade de procurador do Coronel Cassio Antonio da Costa Ferreira, residente na corte do Imperio, na qual pedia este senhor como testamenteiro de seu irmão o fallecido Dº Cassio Antonio da Costa Ferreira que o mesmo seu procurador se entendesse com a referida Mesa Administrativa, e declarasse esta, em vista do despacho do Exmº [...] Desembargador [...] da Provedoria da Corte que mandou entregar á Santa Casa da Misericordia desta cidade o legado de Rs 6.000,000, feito pelo dito Dº Cassio a tresorphaos ou orphans da cidade de Alcantara desta provincia, com as condições [...] na verba 2ª do seu testamento, visto as dificuldades que tem apparecido para dar-se cumprimento a dita verba, se queria aceitar aquelle legado e promover o casamento de três orphans que dependessem da Santa Casa ou entrasse em algum estabelecimento a ella sujeito, não impondo o [...] despacho do Exmº [...] Desembargador [...] da Provedoria condição de tempo á Santa Casa, e visando simplesmente o cumprimento do legado com a possivel aproximação dos termos da verba da qual deixa conhecimento á mesma mesa administrativa (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 16/12/1883).

Demonstra-se acima a questão da doação que, como já falado, era algo bem presente no contexto da Misericórdia, no caso específico de Costa Ferreira existe a entrega de um legado especificamente destinado para órfãos ou órfãs da cidade de Alcântara e como mencionado na ata, foi preterido ajudar jovens órfãs por ocasião de casamento.

Nos seguintes trechos de outras atas tem-se a solicitação de parte do legado deixado pelo coronel Cassio Antonio da Costa Pereira, para o seu casamento, percebendo-se assim que o tal valor foi provavelmente divulgado à sociedade ou entre suas educandas como reservado ao casamento de órfãs. No primeiro trecho uma mãe deseja casar sua filha e requiere o valor de dois contos de réis.

Um requerimento de Francisca Isabel Correa Ponçadilha no qual [...] casar-se sua filha menor Anna Ponçadilha Duarte, que é orphã, honesta e nascida em Alcantara, como prova com os documentos que junto vinha requerer á Mesa que fosse dado a referida sua filha, um dos legados de dous contos de reis deixados pelo finado Dº Cassio Antonio da Costa Ferreira. Posto em

discussão esse requerimento teve o seguinte despacho, que foi assignado por todos os membros da Mesa: Attendida (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 09/04/1884).

Uma característica muito presente em tais requerimentos é a presença da descrição de certas características da jovem a ser auxiliada, demonstrando certos valores que estas deveriam ter. Em outro documento está mencionado um requerimento com características mais específicas.

[...] Um requerimento de Mariano Altino da Silva Ribeiro, tutor de sua sobrinha Manoela da Costa Ferreira, filha legitima dos fallecidos José Pedro da Costa Ferreira e sua mulher [...] Rosa [...] da Silva Ferreira, trazendo ao conhecimento da Mesa, que de acordo com os procuradores do [...] da Costa Ferreira, testamento do finado D<sup>o</sup> Cassio Antenor da Costa Ferreira, e em virtude da 71<sup>a</sup> verba testamentaria deste, tratou de casar aquella sua tutelada; e por se achar ellas nas condições exigidas pela dita verba – orphã de pae e mae, filha de [...] e ter o sobrenome de Costa Ferreira requeria q a ella fosse dado um dos legados de dous contos de que trata a citada verba. Posto em discussão este requerimento, e depois sujeito a votação, foi attendido (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 11/03/1884).

Em outro trecho do mesmo documento, tem-se a apresentação de outro requerimento, mas nesse caso de um marido que solicita que sua esposa recebesse parte do legado do mesmo finado Cassio e atesta o direito desta por meio de algumas descrições.

Um requerimento de Boaventura Tolentino de Conceição casado com Sophia Ribeiro de Costa Ferreira, pedindo que fosse sua mulher contemplada com um dos legados de douscontos de reis instituidos pelo finado D<sup>o</sup> Cassio Antonio Horta Ferreira, visto reunir ella os requisitos recomendados por esse testador, quais os seguintes que [...] com attestado que juntou: - ser ella filha de Alcantara, orphã de pae e mãe por ocasião do fallecimento do testador, de boa conduta e ter o sobrenome de “Costa Ferreira”, de acordo com a respectiva verba testamentaria; acrescendo ainda ser a mulher do preteccionario afilhada de baptismo do mesmo finado, conforme se lia do citado attestado. (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 11/03/1884).

As documentações acima demonstram o trabalho assistencial direcionado às mulheres que foi realizado pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, mesmo ao longo do século XIX, período marcado por dificuldades financeiras da Irmandade, as menções dos valores dispensados por essa para o auxílio do casamento das jovens órfãs e desvalidas demonstra o dote ofertado visando que estas seguissem pelo caminho correto e preservarem sua honra, cumprindo assim o papel de proteção da mulher.

O acompanhamento da situação do Maranhão e da Santa Casa no século XIX demonstram como havia um cenário de decadência econômica nessa época e como já foi mencionado a instituição possuía gastos fixos (Hospital, Cemitério, Casa dos Expostos) e outros eventuais que iam de acordo com as necessidades. Aqui cabe um questionamento do porquê não continuar somente com a administração dos espaços mais antigos nesse momento de dificuldades. A escolha de continuar com os gastos eventuais não é explicada na documentação, contudo parece partir do desejo de se continuar o trabalho assistencial até então realizado já que a instituição era bem necessária para a sociedade maranhense.

No caso específico da ajuda feminina, esta parece advir do desejo de se proteger um tipo específico de mulher que seriam as órfãs desvalidas, por exemplo na documentação referente a entrega de um legado por Cassio Antonio à Misericórdia têm-se a ordem específica que o valor seja distribuído entre órfãos ou órfãs, sendo que para as últimas seria entregue em razão de ajudar em casamentos, o que acaba acontecendo com diferentes requerimentos desse legado por ocasião de jovens que contraíram matrimônio.

Aqui se cabe refletir o porquê as mulheres necessitavam que uma instituição que cuidava de pessoas enfermas, administrava um local de enterro dos mortos ou mesmo cuidava de presos reservava parte do seu dinheiro para ajudar meninas órfãs a se casarem, essa questão irá perpassar pro próprio entendimento sobre o corpo feminino e seu papel na sociedade, como falado por Araújo (2008, p. 2) “a sociedade não tolerava a independência das mulheres. Elas deviam manter-se submissas ao pai ou ao marido, que continuavam a contribuir para o seu sustento”, sendo assim sua posição era considerada subalterna a do homem, devendo ser protegida, ao contrário dos homens que eram o sujeito dominante e não necessitavam de tanto cuidado.

O casamento representaria uma forma de manter a submissão feminina e ao mesmo tempo protegê-la de um caminho que desagradasse a Igreja e a tornasse mal falada. No caso das jovens órfãs e desvalidas, estas não tinham recursos para arcar com um casamento ou mesmo para atrair bons pretendentes e assim corriam mais riscos. Araújo (2008) coloca que as órfãs eram vistas como desfavorecidas e propensas a se perderem, pela falta do pai para proteção, uma mãe sem condições de saúde adequada para lhe vigiarem e conseqüentemente alguém que as dotasse para assegurar o casamento, o matrimônio seria a forma mais segura de preservá-las da devassidão do mundo. Sobre estas jovens se colocava também como opção para

a vida, ingressar na vida religiosa como freira e assim entre essas duas possibilidades o destino para as mulheres se resumia no enclausuramento e tutela de alguém.

Segundo Abrantes (2014, p. 201) no Brasil do século XIX as imagens femininas eram permeadas pelas construções enquanto “seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, submissas”, essas características seriam consideradas naturais ao sexo feminino, sendo assim se nota novamente a imposição de características que a mulher deveria ter e mais ainda são virtudes ligadas a um estado de inferioridade e docilidade, nas documentações acima sobre a Santa Casa do Maranhão se nota algumas descrições de características relativas a solicitações de ajuda com o casamento destacando-se as menções às órfãs serem honestas ou de boa conduta, não se especifica o que constituiria essa honestidade ou conduta positiva, contudo mediante o que já foi exposto até então acredita-se ter a ver com o cumprimento do que foi exposto mais acima por Abrantes acrescentando-se a honra ligada a pureza sexual, característica bem importante para o sexo feminino, “o estado de pureza exigido da mulher fazia com que lhe fosse negado o prazer do sexo, ou seja, além de considerada frágil, submissa, inferior, irracional posto que sentimental, a mulher devia ser também assexuada” (ABRANTES, 2014, p. 107).

Quando se olha para a visão que se tinha sobre o ideal masculino, Pinheiro (2020, p. 50) coloca que

[...] de acordo com o pensamento positivista existente naquela época, para a construção de uma sociedade de ordem e progresso, o homem e a mulher deveriam seguir um ideal, cuja finalidade, era dar bons exemplos de educação aos seus filhos, os quais eram o reflexo da criação de seus pais.

O homem deveria ser o “bom pai” significando que deveria prover financeiramente sua família, logo sua posição relacionava-se ao mundo do trabalho devendo ser responsável e esforçado para ser bem visto na sociedade.

O homem também foi incitado a internalizar o papel social do “bom pai burguês”. No entanto, diferentemente da maternidade, a paternidade não se transformou num instrumento de privatização das relações sociais do homem. Ao contrário, a principal função do “bom pai” era alimentar e prover os membros da sua família, liberando sua esposa para os cuidados com os filhos e com o espaço doméstico. Logo, a disseminação de um modelo ideal de paternidade ratificava as relações entre o homem e o espaço público, principalmente com o mundo do trabalho. Assim, a construção discursiva do modelo de “bom pai” transformou-se num dos instrumentos de produção do “homem de bem”, pois exigia sua inserção na ordem produtiva, no papel do bom trabalhador (SILVA, 2009, p.41 Apud PINHEIRO, 2020, p. 49).

Mesmo que associado a sua família, a visão masculina apresentava uma clara diferença, não estava restrito a atividades domésticas ou maternais, sua posição estava ligada a sustentar seus familiares com o fruto do seu trabalho e isso, partindo da lógica, estaria associada a uma educação preparadora profissionalmente enquanto à mulher, dado sua ligação direta com o cuidado do lar e dos filhos, não receberia o mesmo tipo pois sua posição na sociedade deveria ser diferente.

Esse cenário de diferenças partindo da perspectiva de gênero enquanto uma construção da identidade do sujeito demonstra o que se desejava que fossem os comportamentos e mentalidades da época sobre ambos os corpos.

[...] Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos (LOURO, 1997, p. 25).

As documentações ao apresentarem as solicitações de casamentos reforçam como a Misericórdia do Maranhão estava preocupada em manter essa “fabricação” dos sujeitos de acordo com os ideais da época, mesmo as órfãs desvalidas não estavam imunes dessa realidade e em certos casos poderiam conseguir ajudas financeiras para contraírem matrimônio. A Santa Casa não estava apenas praticando uma assistência feminina, mas contribuindo para todo o sistema patriarcal envolvido.

Essa era a realidade feminina naquela época e a Misericórdia maranhense apenas demonstrava sua preocupação e atenção a essas ideias oferecendo ajudas com o casamento, mantendo assim a estrutura social que já era padrão para a época e reforçando os entendimentos sobre o gênero feminino.

Essa discussão teórica continuará no terceiro capítulo quando se aborda o recolhimento feminino do Asilo de Santa Tereza em que vão estar presentes também exemplos de ajuda assistencial feminina, dentre elas o dote que já foi tocado neste tópico, mas será melhor aprofundado no próximo capítulo.

## 4. A ASSISTÊNCIA FEMININA PELO ASILO DE SANTA TERESA

### 4.1.A figura dos recolhimentos femininos

O estudo da pobreza feminina passa por variados pontos a serem analisados, como a estrutura familiar dos pobres, o mundo do trabalho e também questões do sexo e de gênero. Quando as mulheres estavam inseridas em classes sociais mais baixas sua situação era bastante complicada, sofriam tanto com as dificuldades financeiras quanto pela pressão em seus corpos. Em uma sociedade patriarcal que exigia certos comportamentos femininos, como o recato sexual, o casamento, a maternidade, dentre outros, as mulheres mais pobres eram bastante prejudicadas por não terem os recursos necessários para serem bem vistas na sociedade. Nesse quesito, as instituições de caridade se mostravam como essenciais para o cuidado com essas mulheres. “A ajuda a mulheres fazia-se em diversas etapas do ciclo de vida e estava associada à necessidade de preservar a sua honra. Guardavam-se as mulheres em recolhimentos e atribuíam-se-lhes dotes para casar ou para professar em ordens religiosas” (ARAÚJO, 2008, p. 3).

O período pós-tridentino<sup>24</sup> apresentou mudanças em relação à sociedade europeia católica, pois com o Concílio de Trento, a Igreja Católica tomou importantes decisões em relação à fé e unidade eclesial, ficando inclusive conhecido como Contra Reforma em resposta à Reforma Protestante. Dentre as mudanças se intensificou a preocupação em guardar a honra feminina dos perigos da impureza do mundo, segundo Araújo (2008), a honra era um atributo essencial na Época Moderna, conferindo prestígio aos indivíduos que a possuíam e desgraça aos que a perdiam, sendo estes mal vistos perante a sociedade. Os gestos, atitudes e comportamentos dos membros da sociedade eram constantemente vigiados, caso fossem contra o que era defendido seu efeito negativo recai tanto sobre o sujeito quanto sobre aqueles que o circundam, principalmente a família e isso se agrava quando era em relação às mulheres.

Para manter o seu bom nome e guardar a sua honra, exigia-se às mulheres comportamentos socialmente louváveis, onde se privilegiava o recato, a obediência e o afastamento do sexo masculino. Neste sentido, a honra era prova de uma conduta socialmente aceita, onde a vergonha se achava intimamente associada e conferia uma boa fama. Como a honra feminina se encontrava diretamente associada à sexualidade, esperava-se que as

---

<sup>24</sup> Referente a época que sucedeu o Concílio de Trento.



mulheres solteiras se mantivessem afastadas dos homens, de preferência enclausuradas em conventos ou em recolhimentos (Araújo, 2008, p. 3).

Em relação ao destino da mulher na época moderna existiam dois caminhos, o casamento em que deveriam arranjar bons pretendentes, e para isso alguns elementos eram essenciais, como um comportamento adequado e um bom retorno para o possível marido, esse elemento se apresentava principalmente na figura do dote; ou então, a outra opção seria a vida religiosa como freiras, em suma, o seu destino se dividia entre o enclausuramento e tutela de alguém.

Dentro do grupo de mulheres a serem protegidas na sociedade estava as meninas pobres órfãs, estas eram vistas como desfavorecidas e propensas a se perderem, principalmente pela falta de um pai para proteção e também por terem menos possibilidade de arranjar um bom pretendente devido a sua situação de pobreza e orfandade. A criação de espaços reservados exclusivamente para as meninas, conhecidos, principalmente, como recolhimentos, foram de suma importância para o auxílio dessas meninas que sem condições muitas vezes de serem sustentadas, recebiam auxílio material ao mesmo tempo em que eram educadas moralmente para se encaixarem nos padrões da sociedade da época.

A educação e a proteção das meninas-moças foram uma constante preocupação dos responsáveis pelos expostos. Não se poderia descuidar de sua assistência, com risco de se transformarem em prostitutas ou desviantes da ordem. Por essas razões, desde cedo foram criadas instituições especiais para as moças desamparadas. Elas deviam ficar longe da rua – o símbolo da perdição (MARCÍLIO, 2006, p. 96).

As instituições assistenciais voltadas para o sexo feminino poderiam ser fundadas pela Coroa, bispos ou pessoas particulares como mulheres ricas, mas em sua grande maioria estavam submetidas às Misericórdias, e para além do amparo espiritual e material, na segunda metade do século XIX, atentou-se para o aspecto educacional elementar e de cunho profissional das meninas, “[...] incluía-se o ensino de matérias próprias da educação das elites (como o ensino do francês, de alemão, de piano, de canto, de desenho, etc.)” (MARCÍLIO, 2006, p. 165). As aulas eram ministradas, em muitos casos, por uma única professora, contudo havia diferença no ensino de meninas da elite (voltadas para serem mães de família, de boa etiqueta) e de camadas mais populares (boas donas de casas, dóceis e preparadas para o trabalho).

Por meio da ação da Misericórdia da Bahia, deu-se início a construção do primeiro Recolhimento em 1708, destinado ao amparo das meninas pobres, graças ao legado deixado por João de Matos de Aguiar, um rico comerciante, que deixou 80.000 cruzados para a

construção do Recolhimento e 134.500 cruzados para distribuição de dotes entre as recolhidas. Sua construção foi concluída em 1739, com o objetivo de abrigar donzelas de famílias luso-brasileiras e,

Em 1869, foi implantada uma escola de primeiras letras no Recolhimento da Misericórdia da Bahia. Anteriormente, as recolhidas “não sabiam ler e nem escrever, e apenas poucas mal assinavam os nomes”, conforme se lê no Livro de Atas da Mesa, de 1834. [...] O ensino profissionalizante foi ampliado em 1853, com a instituição no Recolhimento da Bahia de quatro seções, dirigidas pelas próprias recolhidas mais velhas, que para isso recebiam pequenas gratificações... (MARCÍLIO, 2006, p. 169).

Em 1739 foi fundado o Recolhimento das meninas órfãs no Rio de Janeiro, pela ação de Marçal de Magalhães Lima e o capitão Francisco dos Santos que legaram 52.00 cruzados para sua construção, localizado no prédio do Hospital da Misericórdia, mais tarde fundou-se ainda no Rio de Janeiro o Recolhimento de Santa Teresa, objetivando-se o abrigo de meninas indigentes com idade de 3 a 12 anos.

As recolhidas receberiam ensino apurado, que visava a prepara-las para serem mães de família e/ou empregadas domésticas instruídas e bem treinadas. “Aprenderão a lavar, engomar, cozinhar e se exercitarão em todos os trabalhos domésticos, próprios de uma boa mãe de família. As matérias ensinadas serão: doutrina cristã, leitura, caligrafia, aritmética, história sagrada, história do Brasil, gramática portuguesa, noções gerais de geografia, desenho e escrituração mercantil; também aprenderão trabalhos de agulha, bordados, flores, tapeçaria de lã, piano e canto, conforme a idade, aptidão e inclinação de cada uma”, segundo seus Estatutos (MARCÍLIO, 2006, p. 173).

Outras cidades ainda com a presença de recolhimentos foram a de São João Del-Rei em Minas Gerais, fundada em 1866. Na província do Pará criou-se em 1804 um recolhimento para o amparo e educação de meninas indígenas por meio da ação do bispo do Pará, Dom Manuel de Almeida Carvalho, em 1858 transforma-se no Colégio Nossa Senhora do Amparo agora com o objetivo de “[...] proporcionar ensino e educação a menores expostas, a órfãs pobres e a filhas de presos também pobres, durante o tempo da prisão”. (MARCÍLIO, 2006, p. 175). Em Santa Catarina existia um recolhimento voltado para as órfãs e expostas, onde eram ensinadas as primeiras letras e a doutrina cristã. Em 1851, fundou-se em Porto Alegre o Asilo de Santa Leopoldina com as jovens recebendo uma “[...] instrução religiosa, noções de cosmografia, de geografia, de história pátria”. (MARCÍLIO, 2006, p. 176).

No Maranhão, os espaços de acolhimento às meninas desvalidas estariam presentes através de dois estabelecimentos, o Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e do Asilo de Santa Teresa,

Em São Luís, Maranhão, a assistência às meninas desvalidas surgiria em meados do século XVIII, pela ação do missionário, padre Gabriel Malagrida, o mesmo que, em 1751, erigiu o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios [...] Até meados do século XIX esse foi o único asilo para meninas, daquela província.

Em 1855, a Assembléia Provincial do Maranhão criou uma nova casa, o Asilo de Santa Tereza. Posta sob a proteção da imperatriz, essa casa deveria atender as expostas, que ainda estivessem na Roda, maiores de catorze anos. [...] o Asilo tinha por objetivo principal “amparar as meninas órfãs que forem desvalidas e as expostas da Santa Casa de Misericórdia, recolhendo-as e educando-as e, por fins secundários, educa-las por maneira que possam ser empregadas com vantagens no serviço doméstico...” (MARCÍLIO, 2006, p. 174).

Além de amparar material e moralmente as meninas órfãs e desvalidas, principalmente através dos recolhimentos que administrava, as Misericórdias também foram responsáveis por possibilitar que estas pudessem se casar, essa possibilidade era concedida principalmente através do dote concedido a um grupo de meninas para que assim aumentassem suas chances de arranjam bons pretendentes e oficializarem o sagrado matrimônio.

Inicialmente, no período colonial, o dote representava um forte elemento do casamento, era muito valorizado e permitia à mulher, certo poder na relação matrimonial pelos bens contidos no dote partirem de sua família. O casamento com moças dotadas representava uma oportunidade única para muitos homens começarem negócios e conseguirem bons sustentos para si e sua nova família. Segundo Muriel Nazzari (2001), em São Paulo do século XVII:

Os dotes eram importantes na vida dos proprietários paulistas do século XVII, pois geralmente proporcionavam a maior parte da mão-de-obra e dos meios de produção necessários para um casal dar início a sua nova unidade produtiva. Quando seus filhos se casavam, os pais se privavam de considerável quantidade de bens destinada aos dotes, muitas vezes concedendo dotes várias vezes maiores do que o que os filhos homens iriam herdar (NAZZARI, 2001, p. 45).

Esse cenário de valorização colocava a mulher em um patamar de proteção maior que o próprio homem, no caso os irmãos, adquirindo valores muito mais altos do que eles quando tivessem direito a uma herança, com isso o casamento tinha um objetivo muito claro de uns negócios onde ambos os lados eram beneficiados de alguma forma, contudo isso vai se modificando ao longo do tempo. No século XVIII já se manifesta uma queda no número de dotações e também no valor destes, esses fatos se manifestam devido ao maior controle de leis que visavam combater os dotes exacerbados e também a maior dispersão da família e do esposo que vai ganhando mais autonomia profissionalmente. No século XIX, o dote sofre uma queda ainda maior, deixando de ser adotado em variadas famílias ou sendo praticado somente em

casos especiais como no caso de casamento da filha mais velha e isso se deve em muito a um novo cenário que já vinha se delineando desde o século XVIII, com a difusão do individualismo, o ganho de força das famílias nucleares e a autonomia do homem em relação ao dinheiro recebido pela família da nova mulher, enquanto o homem se torna o principal mantenedor de sua família.

[...] O pacto patrimonial do século XVIII acentuava a igualdade de bens e de família e a principal preocupação era com a capacidade do noivo de administrar os bens. O pacto patrimonial no século XIX enfatizava mais os aspectos pessoais e emocionais do casamento, tal como a felicidade da noiva, e acentuava a capacidade do noivo de proteger (sustentar) a noiva. O conceito de proteção e sustento da noiva implica, ademais, um relacionamento assimétrico dentro do casamento, em que o marido é o parceiro mais forte e a esposa, a dependente (NAZZARI, 2001, p. 227).

O dote possuía tanta importância nos séculos anteriores ao XIX que servia também como uma obra caritativa ao se doar bens em formato de dote a jovens que não possuíam condições para tal, e nesse quesito destacam-se as Misericórdias.

Um dos serviços de destaque da Santa Casa de Misericórdia foi à concessão de dotes a mulheres desvalidas. “A partir do século XVIII, esta prática foi se tornando a mais frequente obra de caridade desempenhada pelas Misericórdias” (COE, 2013, p.26). Tal prática se centrava principalmente na crença da importância do casamento para a mulher, como coloca Porto ao se referir às raparigas órfãs que não conseguissem se casar, “... ou morriam de fome, ou se perdiam - porque mesmo para entrar em religião precisavam dispor de alguma fazenda, por mínima que fosse...”, pois casar órfãs era, de certo modo, “preservar raparigas de graves perigos morais” (PORTO, 1934, p. 444 Apud. ALGRANTI, 1993, p.46).

Segundo Araújo (2008) sobre a prática do dote nas Misericórdias Portuguesas:

Uma outra modalidade de auxílio a órfãs praticada pelas Misericórdias constituiu na distribuição de dotes para casamento a órfãs pobres, honradas e virtuosas. Eram jovens que se mantinham sem suas casas, sozinhas, com as mães ou com irmãos, viviam com parentes ou encontravam-se a servir em casas particulares ou em conventos. O objectivo era o mesmo: as Santas Casas ao distribuírem dotes para casar raparigas órfãs contribuíam para que estas não se perdessem e se mantivessem honradas através do matrimónio. Desta forma, asseguravam também que os nascimentos ocorressem dentro de uma família abençoada pela Igreja Católica, desempenhando, por conseguinte, uma função demográfica relevante (ARAÚJO, 2008, p. 6).

Em seu estudo sobre a Misericórdia de Portel (vila portuguesa da região de Alentejo) no século XVIII, Araújo informa que “Em Portel, o casamento de órfãs ficou a dever-se à

instituição de legados. Muitas raparigas em idade de matrimônio procuravam na Misericórdia o dote que a família não lhes podia dar, conseguindo mais facilmente o estado que pretendiam [...]” (Araújo,2008, p. 59). E traz o exemplo de um legado deixado por Maria Pega Godinha, senhora solteira e residente em Portel, que em seu testamento distribuiu seus bens móveis e imóveis entre a família e os pobres, dentre os destinatários estavam as raparigas órfãs para que estas pudessem se casar.

Sobre a composição dos dotes oferecidos, a autora atenta para a sua variedade nos legados.

A composição dos dotes podia ser variada e integrar animais, joias, escravos, propriedades, móveis, cereais e/ou dinheiro.

A definição do dote em cereais não era comum, pelo menos nos casos conhecidos e patrocinadas pelas Misericórdias. O pagamento deste benefício foi mais corrente em dinheiro. Os benfeitores preferiam deixar bens que estavam aforados ou dinheiro que as Santas Casas normalmente colocavam a juros e com o rendimento pagavam os dotes sempre em numerário (ARAÚJO, 2008, p. 62).

Sobre a concessão de dotes, Algranti diz que “Costumava-se legar em testamentos dotes para uma jovem específica ou somas a instituições que se encarregavam de distribuir os benefícios, como é o caso da Misericórdia do Rio de Janeiro...” (ALGRANTI, 1993, p. 48).

De acordo com os estudos de Algranti os requisitos exigidos das candidatas ao dote na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro eram principalmente a orfandade, juntamente a algumas outras características que ofereciam vantagem sobre as outras mulheres,

[...]os dotes eram concedidos primordialmente para jovens órfãs, quer fossem habitantes do Recolhimento, da Casa dos Expostos, ou externas [...]outro lado, se orfandade era um requisito, ser órfã de pai, ou de ambos os genitores, oferecia certa vantagem à candidata enquanto que ser órfã apenas de mãe diminuía suas chances, pois temia-se mais pela honra das mulheres que não dispunham de uma proteção masculina (ALGRANTI, 1993, p. 50).

Orfandade, pobreza, virtude e castidade eram os requisitos fundamentais que uma candidata aos dotes da Santa Casa deveria apresentar (ALGRANTI, 1993, p. 52).

O casamento era visto como algo essencial à mulher e que a diferenciava das demais, tamanha era a importância que até mesmo dotes eram concedidos em testamentos para ajudar as desvalidas.

A entrega dos dotes seguiam certos critérios, por não conseguirem geralmente atender a todas as meninas necessitadas, os critérios ajudavam a escolher as melhores candidatas,

existindo variações entre si de acordo com a Misericórdia que ofertava, mas seguindo principalmente o Compromisso de 1619 da Santa Casa de Lisboa, as normas padrões seriam: a apresentação de uma certidão do juiz dos órfãos e outra de batismo à Mesa, comprovando a idade entre 14 e 30 anos, o nome e merecimento dos pais, local de nascimento e de moradia e sua situação de desamparada. Com os dados informados, passava-se para as averiguações presenciais em relação à pobreza e comportamento da candidata. Somente após esse processo e confirmação da necessidade, se ofertava o dote, podendo ter variações nos critérios e processo como já mencionado, de acordo com as Misericórdias ou com as exigências de quem deixava o legado. Em relação a entrega do dote:

[...] eram atribuídos entre o Natal e o Espírito Santo e as dotadas dispunham de seis anos para se casarem. O tempo que decorrida entre a dotação e o casamento era muito variável e dependia do estabelecido por cada instituição. Na Misericórdia de Ceuta, o tempo corria entre um e doze anos, sendo mais frequente que as raparigas se casassem nos primeiros quatro anos após a dotação (ARAÚJO, 2008, p. 65).

O recebimento do dote era realizado pelo homem, a mulher apenas era referenciada na documentação para saber-se com quem o recebedor do dote havia casado, relegando-se a ela uma posição subalterna, mesmo que todo o processo de dotação a tivesse como sujeito.

No capítulo referente à Misericórdia do Maranhão foram demonstrados gastos com o enxoval e despesas de casamento de algumas órfãs, nessa documentação não se tem a referência direta a palavra “dote”, contudo é deixado claro que a intenção era ajudar no casamento assemelhando-se a função do dote em si, apenas com outras palavras. Já em relação ao Asilo de Santa Tereza fica claro que essas dotações aconteceram por parte do recolhimento que auxiliava as jovens e assim proporcionava que estas tivessem a chance de se casar.

#### **4.2. Abrigo e dotação das jovens órfãs e desvalidas pelo Asilo de Santa Tereza**

No Maranhão, existiram dois recolhimentos femininos para meninas pobres de suma importância para que essas fossem sustentadas materialmente, recebessem uma educação espiritual e moral e também viessem a ter um futuro bem-visto na sociedade. Como já mencionado, essas duas instituições foram o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios e o Asilo de Santa Tereza.

Sobre a fundação do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, Marques (1870, p. 475) fala:

Para dar princípio a fundação d'este Recolhimento seu piedoso e infeliz instituidor, o missionário apostólico frei Gabriel Malagrida, da companhia de Jesus, autorizado pelo alvará de 2 de março de 1751, dirigiu-se por meio d'uma petição ao bispo D. frei Francisco de Santiago e disse que o zelo da maior honra e gloria de Deus o movia a fundar nesta cidade um Recolhimento para a boa educação das donzelas debaixo do Instituto das Ursulinas, que se achava approved por quatro pontífices, como constava das regras impressas em Roma, que apresentava a s. exe, cuja fundação pretendia fazer junto á igreja do Rosario dos pretos, e pedia por isso a s. exe. rvm.<sup>a</sup> se dignasse dar permissão para a dita obra, de que resultava grande utilidade ao bem publico pelas alma.

Esses tipos de instituições demonstravam claramente em suas falas uma preocupação não somente em praticar caridade com as mulheres desvalidas, como também em protegê-las de possíveis influências ruins ou mesmo conservar as qualidades desejadas que uma jovem deveria ter na sociedade daquela época. Nos Relatórios e falas do presidente da província sobre o papel do Asilo de Santa Tereza tem-se a seguinte fala:

Esta casa de caridade, única que no seu gênero possui a província, bem merece o auxilio dos poderes públicos pelos serviços que presta ás meninas desvalidas que ali recebem educação apropriada a pol as ao abrigo das seduções e traições do século habilitando-se pelo estudo e pelos hábitos do trabalho a poder para o futuro contar com meios de subsistência sem se tornar pesadas á sociedade (Relatórios e falas do presidente da província, 18/10/1877).

Em relação à fundação do Asilo de Santa Teresa:

O presidente dr. Eduardo Olympio Machado no relatório, que apresentou á assembléa provincial na sessão de 1854, lembrou a necessidade de crear-se uma casa de educandas, onde as meninas desvalidas encontrassem abrigo, proteção e educação, especialmente as orphans sem amparo e as expostas da Santa Casa da Misericórdia, evitando assim a província a morte prematura d'essas infelizes crianças, proveniente do abandono e da miséria, ou a sua desmoralização e prostituição, se chegam a criar-se. [...] o dr. Olympio Machado tomou o accordo de prescindir da reforma auctorizada, e de fundar n'esta capital, ad instar da dos educandos artífices, uma casa de educação para as meninas desvalidas, e em 16 de janeiro do anno seguinte publicou o regulamento creando o Azylo de Santa Thereza, e collocando-o sob a augusta e valiosa proteção de Sua Magestade a Imperatriz, sendo no dia 14 de março do mesmo anno inaugurado pelas 5 horas da tarde, em presença de grande numero de cidadãos, em uma casa espaçosa, situada no largo dos Remedios e pertencente ao fallecido desembargador Barradas (MARQUES, 1870, p. 35).

A documentação acima demonstra o interesse do recolhimento em prover materialmente as órfãs e desvalidas, contudo para, além disso, existia um interesse em conservar nestas os costumes adequados daquela época que uma mulher deveria ter, não era

somente a fome uma preocupação, mas também situações de desmoralização e prostituição.

#### Sobre o funcionamento interno do Asilo de Santa Tereza

O Asylo de Santa Thereza, instituição do doutor Eduardo Olimpio Machado, tem presentemente quarenta educandas, numero estabelecido pelo regulamento de 16 de janeiro do corrente anno.

Existem creadas neste estabelecimento as aulas de primeiras letras e de costuras, que são frequentadas regularmente por todas as educandas.

A consignação mensal paga ao Asylo pelos cofres provinciaes é de 600\$000 reis.

Os empregados actuaes são: Director – Barão do Coroatá; Vice-director – doutor Antonio Rego; Regente – D. Maria Joaquina Lisboa Bacelar; Almoxarife – Francisco Joaquim Pinto Barreto; Mestra de primeiras letras – D. Marcellina Roza Corrêa Lobão; Mestra de costura – D. Maria Amalia Ferreira; Capelão – reverendo Padre Antonio Tavares da Silva; Medico – doutor José Ricardo Jauffret.

A casa em que se acha o Asylo não é talvez a mais propria para um estabelecimento desta ordem, não só por ser baixa, como por não ter as precisas acomodações (Relatórios e falas do presidente da província (1839-1886), 21/12/1855).

O Asilo, enquanto uma instituição preocupada em não somente sustentar as órfãs e desvalidas que abrigava, mas também em oferecer um ensino para estas, oferecia aulas e como o documento apresenta eram principalmente de primeiras letras e costuras, ofertadas por duas professoras que tem seus nomes listados entre os empregados, além disso, a instituição recebia um valor mensal pela província para manter-se.

Apesar da documentação acima mencionar o número de 40 educandas, existiram diferentes aumentos durante seus anos de funcionamento, inclusive existindo uma divisão entre as órfãs e desvalidas que ali eram abrigadas e as pensionistas que pagavam para permanecerem naquele local. O ano de 1867<sup>25</sup> e 1869<sup>26</sup> são dois exemplos em que o número de educandas aumenta, bem como as despesas e receitas do Asilo, no primeiro é registrado um total de setenta e oito e já no segundo cresce para oitenta e dois. Esses crescimentos de educandas no Asilo demonstram como o recolhimento era procurado e gozava de certo valor na sociedade, apresentando um bom trabalho assistencial com estas.

O Asilo de Santa Tereza foi um recolhimento que esteve preocupado em abrigar as jovens órfãs e desvalidas, incluindo-se as expostas da Santa Casa, sendo assim era oferecido

<sup>25</sup> Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867.

<sup>26</sup> Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869.



abrigo e sustento material, as meninas moravam naquele local e recebiam alimentos, roupas, calçados, permitindo assim uma relativa estabilidade e proteção (MARQUES, 1870).

Além de auxiliar as educandas em suas despesas e oferecer-lhes abrigo, o Asilo de Santa Tereza também se responsabilizava pela educação das jovens.

A instrução primaria e o ensino dos trabalhos de agulha é dado com a precisa regularidade pela professora de primeira letras, D. Marcellina Rosa Corrêa Lobão, e por duas adjuntas. A professora de costura, D. Arsenia Augusta Carneiro Belfort, acha-se com licença por motivo de molestia.

Está, portanto, a instrução n'este estabelecimento limitada ao ensino primário, á moral religiosa aos trabalhos de agulha e serviços domésticos. (Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867).

A aprendizagem dos trabalhos domésticos, como lavar, gommar, etc. para as meninas que já tem a idade propria, é feita sob a immediata direção da regente, que preside igualmente aos exercícios religiosos. (Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869).

[...] Habilitar as meninas desvalidas, de cuja educação se encarrega a Provincia, á servir de Mestras particulares, é crear-lhes um meio de vida honesto e lucrativo todo em proveito da sociedade; por isso repito essencialmente produtiva toda a despeza que se fizer para conseguir este fim (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), Abril de 1865, p.5).

A educação ofertada para as educandas se limitava então a uma educação básica das primeiras letras acompanhado do ensino religioso e de prendas domésticas, contribuindo assim para a realidade das meninas no século XIX no Maranhão, uma educação preocupada mais em capacitar para a vida doméstica e familiar do que para um futuro profissional. Segundo Abrantes (2014) a educação feminina não recebia a mesma prioridade que a masculina (essencial na própria formação enquanto cidadão honesto), estas recebiam na medida do possível em vilas ou lugares mais populosos.

A autora coloca que desde os tempos coloniais no Brasil, as mulheres eram educadas para aceitarem a sociedade paternalista e serem submissas aos homens, as prendas domésticas a tornavam boas esposas e mães e a educação religiosa moldava seus caracteres com virtudes cristãs.

A preocupação em prestar auxílio e proteção às jovens desvalidas era visto como algo essencial para ajudá-las a ter aceitáveis trajetórias de vida. Em um dos relatórios e falas do presidente da província está registrado a preocupação em atender não somente as órfãs desvalidas legítimas como também as ilegítimas de forma que a ajuda dispensada pelo Asilo atendesse o maior número de jovens necessitadas.

Desde a criação do Asylo por seu fundador, e organizador do regulamento de 16 de Janeiro de 1855, o falecido ex-presidente, Dr. Eduardo Olympio Machado, sempre as desvalidas filhas naturaes foram admitidas no Asylo como órfãs. O meu antecessor, porém, por portaria de 20 de Abril do anno próximo passado, limitou a admissão unicamente ás desvalidas órfãs filhas legitimas.

A subsistir umal tal disposição, mui limitado e incompleto ficaria o beneficio feito pela província ás menores desvalidas, visto que o numero das órfãs filhas legitimas ou legitimadas é muito menor que o das outras. Ora, casos há de menores desvalidas inteiramente abandonadas, a quem cumpre socorrer logo, e uma vez que estas fossem filhas naturaes, a referida portaria de 20 de Abril as excluía, o que não está de certo no espirito do regulamento citado.

A necessidade de amparar as menores desvalidas cresce com o aumento da população. E que o beneficio feito pela província, extendendo-se como desde a fundação do Asylo ás órfãs desvalidas, quer filhas legitimas, quer naturaes, não é sufficiente para ocorrer a tal necessidade, basta atender ao grande numero das actuaes suprenumerarias. Sendo de mais certo que os indivíduos dos dois sexos nascem em proporção quase igual, vem ainda, em apoio do que digo, o ser o numero dos educandos artífices duplo do das educandas do Asylo, e ainda assim mesmo insufficiente para ocorrer a taes casos. O que seria pois se esse numero das educandas sustentadas pela província, já de si insufficiente, ficasse por muito tempo restringido unicamente ás órfãs filhas legitimas?

Longe de fazer-se tal restricção, parece antes conveniente que a província, logo que melhorem as suas rendas, eleve o numero das educandas, approximando-o quanto for possível do da Casa dos educandos artífices, instituição da mesma natureza, onde a mocidade desvalida recebe igual beneficio dos poderes públicos.

Estas considerações me aconselharam, em vista do citado regulamento de 1855, a revogar a portaria de 20 de Abril, afim de que no Asylo continuem a ser admitidas, nos termos daquele regulamento, as desvalidas filhas naturaes, que, segundo a doutrina do aviso de 20 de Outubro de 1859, devem como órfãs ser consideradas, na conformidade da legislação do paiz (Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869).

Essa preocupação em atender a um público grande de desvalidas que se encaixassem no perfil de educandas do Asilo de Santa Tereza unia-se a frequente necessidade de analisar e atender as variadas solicitações de introdução no recolhimento. Como existia um grande número de pedidos e uma determinada capacidade de sustento a essas jovens, era preciso atentar-se ao número de desvalidas que permaneciam no Asilo e suas características para que no momento certo, estas fossem despedidas.

Nos ofícios do Asilo de Santa Teresa é importante atentar-se ao grande número de solicitações de aceitação no recolhimento, foram encontradas mães requerendo a entrada de suas filhas, tutores de meninas, tios pedindo em nome de suas sobrinhas, dentre esses é interessante destacar dois casos que são requerimentos informando características das moças

que desejavam adentrar o estabelecimento como forma de garantir uma maior chance de aceitação. No primeiro tem-se o caso de Benedita Ritta que pede que suas quatro filhas sejam aceitas por serem órfãs de pai e por esta ser pobre não podendo assim ofertar o acesso à educação, destaca-se também nesse documento a preferência que o Asilo dispensava na questão da orfandade preterindo as órfãs de pai e mãe e depois as de pai.

Benedita Ritta Gonçalves requer á V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a graça de mandar admitir no Asylo de S<sup>a</sup> Thereza como órfãs desvalidas, á quatro filhas q tem, as quais por sua [...] pobreza não pode dar educação. A disposição do art.<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> do Regulamento Provincial de 15 de Janeiro de 1855 pelo qual se rege o Asylo, diz que esta tem por fim amparar as meninas órfãs q forem desvalidas e as expostas que estão á cargo da Santa Casa da Misericórdia; e o art.<sup>o</sup> 2 do [...] Regulamento, tractando de taís aquisições recomendada, que sejam estas recebidas com preferencia e depois as órfãs de pai e mãe e as que o forem somente de pai... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 17 de Maio de 1862).

O segundo caso seria em relação a petição de um tenente coronel chamado Ricardo da Silva Ferro que apelava a favor de sua tutelada, neste caso é dito que foi comprovada a situação tanto de orfandade quanto de pobreza desta através de documentos. As características elencadas no ofício demonstram o que o recolhimento priorizava na inserção de suas recolhidas

Passo ás mãos de V. Ex.<sup>a</sup> a inclusa petição do Tenente Coronel Ricardo da Silva Ferro, que solicita a admissão no Asylo de S. Thereza de sua tutelada, a orfan Julia Rosa de Oliveira, na forma do art. 21 do Regulamento de 16 de Janeiro de 1855, por ser pobre e desvalida, e cumpre me informar a V. Ex.<sup>a</sup> que o supplicante prova com os documentos com entrou a sua petição, 1<sup>o</sup> que sua tutelada é orfan de pai; 2<sup>o</sup> que tem oito anos de idade; 3<sup>o</sup> que é pobre e desvalida; e parece por conseguinte estar nos termos de ser admittida no Asylo na qualidade de requerida (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 18 de Junho de 1864).

Com a leitura da apresentação desses requerimentos nos ofícios, percebe-se a importância de certas características para aumentar as chances de aceitação das jovens desvalidas no Asilo de Santa Tereza. A pobreza, a idade (maior de 7 anos e menor de 17 anos<sup>27</sup>) e a orfandade (de pai e mãe e de pai) se revelam como elementos essenciais que seriam a favor da jovem que requeresse sua entrada no recolhimento. As várias solicitações demonstram a grande procura pelo estabelecimento, existindo dois ofícios onde se registra casos em que

---

<sup>27</sup> “Determinado o Artigo 31 do Regulamento Provincial de 16 de Janeiro de 1855, que a Collegial do Asylo de Santa Thereza não terão direito a ser conservada no Asylo depois que tiverem a idade de 17 anos, e recomendando o Artigo 32 do mesmo Regulamento, que o Director do Asylo [...] ao Presidente da Provincia logo que as Collegiais tiverem atingido a quella idade, para que, quando não possão dele sair dotadas e cazadas, saião para Caza de pessoas ou os parente ou de outras quais que de conduta abonada, peço á V. Ex.<sup>a</sup> authorização para dar nesta parte cumprimento ao regulamento, quando sair do Asylo a estas Collegiais...” (Ofícios do Asylo de Santa Tereza (1855-1862), 08/04/1862).

peessoas mesmo não cumprindo tais requisitos ainda solicitam a entrada, demonstrando certa valorização em conseguir uma vaga naquele local.

Gualdino Antonio do Nascimento requer á V. Ex.<sup>a</sup> para que se [...] mandar admitir no Asylo de Santa Thereza, como educanda da Provincia uma sua Afilhada de nome Anna, e á sua petição junta documento comprobatório tanto de idade como de orfandade. Informando pois á este respeito, como determina V. Ex.<sup>a</sup> sou a dizer que, a pretensão do [...] não está no caso de ser atendida, por quanto a sua Afilhada não só é menor de 7 annos como que não existe no Asylo actualmente lugar vago (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 27 de Outubro de 1862).

Tendo por mim comultada D. Lesmilia Roza das Dores Baptista, afim de receber sua filha a Educanda desvalida Maria José do Val Baptista que por ser maior de 17 annos, não tem direito de continuar a permanecer, como tal, no mesmo Asylo; responde á esta Directoria, q desejando por mais algum tempo a conservação da mesma sua filha ali; está disposta a concorrer com as respectivas despesas, uma vez que seja ella considerada no numero das pensionistas (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 27 de Maio de 1862).

O Asilo de Santa Tereza era responsável por um grande número de jovens desvalidas que cuidavam durante certo tempo, dando-lhes abrigo e auxílio material e espiritual. Por ser um local de referência recebia um grande número de solicitações e para atender o maior número possível era necessário controlar a quantidade de educandas, a idade era um índice fundamental para determinar as saídas do recolhimento, contudo ainda existia o desejo de que estas jovens fossem dispensadas de forma segura e nessa preocupação buscava-se que elas saíssem como professoras, para casa de parentes ou responsáveis, trabalhando no serviço doméstico ou casadas<sup>28</sup>.

Nas documentações são encontrados quatro casos dessa dispensa mais segura, sendo mencionadas mais especificamente nas documentações os três primeiros, inicialmente sobre a entrega das educandas a parentes ou responsáveis são encontradas jovens que alcançaram a idade máxima de permanência no estabelecimento e então foram confiadas para algum determinado parente, sendo este também alvo de análise do Asilo em relação a sua conduta como é o caso de duas educandas entregues a sua tia.

De acordo com as disposições do art.º 38 e 32 do Regulamento Provincial de 16 de Janeiro de 1855 e autorizado por sua Providencia em officio de 18 de Abril [...] fez sair do Asylo de Santa Thereza as Educandas da Provincia Antonia Virginiia Franco de Sá e Francisca [...] Franco de Sá por serem

---

<sup>28</sup> “[...] Não se podendo expelir dele as educandas que houvessem recebido o beneficio que lhes promettera a Provincia no citado regulamento, era preciso dar lhes sahida ou por meio do Casamento, ou provendo as em Cadeiras do ensino publico ou entregando as á seus parentes ou ouprotectores ou oficialmente collocando as em casas ou família para o serviço domestico” (Relatório e falas do presidente da província, 03/11/1870).

maiores de 17 anos. Forão ellas entregues á sua Tia D. Maria de [...] Thiago Francisco Lauré, senhora viúva que vive corretamente. Uma destas vagas vai ser preenchida pela menor [...] filha do condenado Ignacio João [...] Santo, conforme ordena V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> por seu despacho de 14 do mez que hoje finda (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 31 de julho de 1863).

Em relação ao provimento em Cadeiras do ensino público, encontra-se

Tenho a honra de passar ás mãos de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o incluso requerimento da Educanda da Provincia Maria Victória da Costa, que sendo maior de 18 anos e possuindo as precisas habilitações, requer á V. Ex.<sup>a</sup> licença para apresentar-se [...] á Cadeira de primeiras – letras de suas [...] Cidade da Carolina cuja pretensão[...] (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 22 de Novembro de 1862).

[...] uma educanda maior de 21 annos, que vae ser mestra de 1<sup>a</sup> letras em um collegio de meninas, resolvi, não só para que levasse um [...] mas para crear estimulo entre as outras, como já verbalmente tive a honra de expor a V. Ex.<sup>a</sup>, que fizessem exame das malerias de 1<sup>a</sup> classe do art. 34 citado, menos noções de... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), Janeiro de 1865, p. 1).

É interessante destacar como as jovens recolhidas tinham a oportunidade de se tornarem professoras no próprio Asilo, uma forma de, sem dúvidas, contribuir ainda mais para um futuro melhor na vida dessas jovens. Infelizmente não foram encontradas maiores informações se a primeira foi aprovada ou sobre a trajetória da segunda, contudo certamente representam exemplos de destinos que se desprenderam do enfoque puramente matrimonial ou doméstico.

Com a importância que o casamento tinha para a mulher, esta era a opção mais desejada pelo recolhimento e pelas próprias jovens, este ocorria com o auxílio financeiro do Asilo, que oferecia o dote e enxovais, diferentemente da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão aqui o termo dote é explicitamente utilizado. A leitura dos Ofícios do Asilo de Santa Teresa permite encontrar tanto menções a meninas que saíram casadas e dotadas do estabelecimento, por exemplo aqui “Forão satisfeitos os dotes devidos a duas educandas” (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 04/04/1867) e aqui “Destas sahiram 10 dotadas e casadas do mesmo estabelecimento” (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 18/05/1870) quanto também estão presentes solicitações para entrega de dotes a jovens do recolhimento.

Tendo V. Ex.<sup>a</sup> [...] respeitável despacho de 3 [...] assumido e autorizado o Casamento da Collegial desvalida do Asylo de S.<sup>a</sup> Thereza Philomena Augusta Bandeira com Luis Pinto Ferreira de Almeida, e convindo quanto estes [...] a conclusão deste negocio, requisito a V. Ex.<sup>a</sup> a expedição de suas ordens a fim de me ser entregue no Thesouro Publico Provincial, desde ja, a quantia de 300\$000 reis para as despesas de inxoval da Collegial; e a por o Casamento desta, os 500\$000 reis de dote que tem de ser entregues ao Noivo 8 dias depois de effeituado o Casamento... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 04/03/1862).

Nesse ofício apresenta-se, diferentemente da Santa Casa de Misericórdia, a entrega de dois valores para os futuros noivos, além da despesa com o enxoval o dote também era entregue, inclusive se apresentando em um valor maior e aqui como já mencionado anteriormente nesta pesquisa, o valor seria entregue ao noivo após o casamento.

Nos requerimentos de casamento têm-se os pedidos de esposos de ex-educandas do Asilo para que seja entregue o valor do dote a que estas têm direito.

Marcelino José de Abreu pelo documento nº I mostra que no dia dez do corrente mes casou-se com a Antonia da Conceição e Silva, filha natural de Maria da Conceição e Silva a qual foi educanda do Asylo de Santa Teresa do qual sahio depois do acto do casamento, como vê-se do documento nº2 e por que pela verba [...] do testamento com que falleceo o Comendador Antonio José Fernandes Guimeraes foi legado ao referido Asylo a quantia de Cincoenta contos de reis para dotar 50 meninas das que estão recolhidas no dito estabelecimento e que de novo forem admitidas, com a quantia de um conto de reis cada uma a proporção que forem casando [...] vem o [...] rogar [...] que lhe seja entregue o alludito dote a que tem direito sua referida mulher... (Requerimentos/Petições de Contraentes, 22/06/1876).

Já na Leis da Província (1883) são apresentadas aprovações de decretos e leis pela Assembleia Legislativa Provincial, sendo colocado no artigo 25 que o presidente da província fica autorizado a pagar o dote e enxoval a três maridos de ex-educandas do Asilo de Santa Tereza no valor de 800\$000 réis.

Analisando essa documentação juntamente com a da Santa Casa de Misericórdia referente às despesas com o casamento de educandas se percebe algumas características que se destacam. Primeiramente se nota os diferentes suplicantes dos dotes, sendo composto por

**Tabela 1<sup>29</sup>: Solicitantes de dote de casamento à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e ao Asilo de Santa Teresa**

<b>Suplicantes</b>	<b>Quantidade achada</b>
Esposos	8
Tutor/Tio	1

<sup>29</sup> Tabela produzida a partir da análise dos Ofícios do Asylo de Santa Thereza, Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e dos Requerimentos/ Petições de contraentes.

Mãe	1
Órfã	1
Exceções	4

No caso das exceções elas estão localizadas nos Ofícios do Asylo de Santa Thereza, em que se encontra os pedidos feitos por rapazes somente para se casarem com jovens do Asilo sem pedido de dote, contudo nessa documentação se faz menção ao valor que o casal teria direito caso fosse aprovada a união, se solicitando aos responsáveis pelo cofre do estabelecimento a dispensa dos valores para o dote e despesas com enxovais

Em relação aos valores recebidos este é bastante divergente. No Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870) é demonstrado que se tem um valor específico a ser entregue tanto para o dote quanto para a despesa com enxovais

[...] O art. 40 de Regulamento de 16 de janeiro de 1855 dispõe, que as desvalidas que se casaram com licença do Presidente da Província, terão um enxoval no valor de trezentos mil reis, e perceberão depois de casadas o dote de quinhentos mil reis, que será entregue ao noivo pelo diretor no fim de oito dias. O art.º 41 do mesmo Regulamento acrescenta, que este dote será pago pelo Thesouro Provincial, e entregue ao Director logo que elle o requisitar para cumprir a disposição do artigo precedente (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 26/10/1865).

Contudo ao ser ler as outras documentações são encontradas algumas diferenças. Nas Leis da Província (1883) têm-se a informação de que seria entregue o valor de 800\$000 réis de dote a três maridos e a um outro seria dado o valor de 300\$000 réis. Nos requerimentos de casamento têm-se pedidos para que seja recebido um conto de réis como dote e nas Atas da Misericórdia maranhense o valor solicitado é de dois contos de réis. Esses valores estão ligados também às doações feitas à Santa Casa e ao Asilo, por exemplo, nos Ofícios do recolhimento têm-se estipulado um valor preciso para o dote que seria entregue pelo recolhimento, contudo nos dois últimos documentos aqui abordados esses dotes são diretamente ligados na documentação a valores que foram deixados por pessoas para essas instituições, sendo no primeiro caso o valor de 50 contos de réis para ser dividido entre 50 órfãs no valor de um conto de réis e no segundo caso o valor de 6:000\$000 réis para dotar três órfãs, mas não é colocado quanto deveria ser a divisão. Nas Leis não é identificado nenhum doador.

Ainda abordando a questão da doação, os documentos apresentam dois doadores, o Comendador Antonio José Fernandes Guimaraes que doou 50 contos de réis e o D<sup>o</sup> Cassio Antonio da Costa Ferreira doador de 6:000\$000 réis, não se tem informações sobre a vida destes somente da doação realizada, contudo no caso do segundo doador é encontrado que o seu procurador, por ocasião de sua morte, realizou a sua vontade de deixar um legado para a Misericórdia do Maranhão.

Ambos os doadores aparentemente estabelecem determinados critérios que as beneficiárias do dote deveriam ter, contudo isso só é observável com a leitura das solicitações para se receber o dote. No caso do comendador, a única observação que este parece ter colocado era de que as meninas necessitavam pertencer ao Asilo de Santa Tereza, pois é a informação lembrada em todas as solicitações e dentre estas somente dois esposos reforçam que as ex-educandas são filhas naturais de suas mães, como por exemplo se encontra na solicitação de Manoel Simeão Quadros.

Manoel Simeão Quadros pelo documento nº1 mostra que [...] recebeu-se em Matrimônio com Josepha Domingas da Silva, filha natural de Anna Francisca Corrêa, educanda do Asylo de Santa Thereza, do qual sahio depois do acto do casamento, como vê-se do documento nº 2; e como o fallecido Comendador Antonio José Fernandes Guimaraes no testamento com que falleceo deixasse pela verba [...] a quantia de 50 contos de reis para com ela serem dotadas 50 meninas do referido Asylo que se casassem; e porque a mulher do supplicante acha-se nas condições exigidas; vem respeitosamente pedir [...] entregar ao mesmo supplicante o dote de um conto de reis a que julga-se com direito (Requerimentos/Petições de Contraentes [1840-1876], 14/12/1876).

Já em relação ao D<sup>o</sup> Cassio os critérios parecem terem sido bem mais específicos como pode se observar na seguinte solicitação “ser ella filha de Alcantara, orphã de pae e mãe por ocasião do fallecimento do testador, de boa conduta e ter o sobrenome de “Costa Ferreira” (Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 11/03/1884). Dentre todos os aspectos chamados atenção é bastante curioso o ponto do sobrenome como um possível critério que definiria aquelas meninas que teriam direito ao recebimento, tal questão do sobrenome inclusive está presente em outras solicitações para esse mesmo legado.

Em relação às outras características algumas já foram mencionadas nessa pesquisa como critérios para o dote pela Misericórdia do Rio de Janeiro (Algranti, 1993), o fato de ser órfã de pai e mãe seriam maiores definidores da necessidade que se tinha do casamento e o apontamento de boa conduta faria correlação com a forma como se era esperado que a mulher



se comportasse na sociedade daquela época. Nos requerimentos da Misericórdia de um tutor de sua sobrinha e de uma mãe para sua filha também se encontra esses elementos de critérios, no primeiro solicitante é reforçado o fato da sobrinha ser órfã de pai e mãe e já a segunda a coloca como “honesta”, aqui é curioso notar que a menina aparentemente é órfã somente de pai, contudo mesmo assim requer o valor e inclusive é registrada a aprovação da solicitação ao final do documento.

[...] Um requerimento de Mariano Altino da Silva Ribeiro, tutor de sua sobrinha Manoela da Costa Ferreira, filha legítima dos falecidos José Pedro da Costa Ferreira e sua mulher [...] Rosa [...] da Silva Ferreira, trazendo ao conhecimento da Mesa, que de acordo com os procuradores do [...] da Costa Ferreira, testamento do finado D<sup>o</sup> Cassio Antonio da Costa Ferreira, e em virtude da 71<sup>a</sup> verba testamentaria deste, tratou de casar aquella sua tutelada; e por se achar ellas nas condições exigidas pela dita verba – orphã de pae e mae, filha de Alcântara e ter o sobrenome de Costa Ferreira requeria q a ella fosse dado um dos legados de dous contos de que trata a citada verba. Posto em discussão este requerimento, e depois sujeito a votação, foi attendido (Livro de Atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 11/03/1884)

Um requerimento de Francisca Isabel Correa Ponçadilha no qual [...] casar-se sua filha menor Anna Ponçadilha Duarte, que é orphã, honesta e nascida em Alcantara, como prova com os documentos que junto vinha requerer á Mesa que fosse dado a referida sua filha, um dos legados de dous contos de reis deixados pelo finado D<sup>o</sup> Cassio Antonio da Costa Ferreira. Posto em discussão esse requerimento teve o seguinte despacho, que foi assignado por todos os membros da Mesa: Attendida (Livro de Atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889], 09/04/1884)

Por último, outro ponto a estar presente nessa documentação em relação ao dote são as solicitações pedindo um valor específico que foi doado à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão ou ao Asilo de Santa Thereza. Não foi encontrado nenhum registro de como essas instituições anunciavam existir um legado destinado à entrega de dotes ou se somente os solicitantes acabavam por descobrir por conexões com agentes internos a esses estabelecimentos, mas dado os detalhes dados pelos solicitantes nas documentações em que requerem os valores é passível de se acreditar que se era anunciado e então ocorria a procura para a dotação.

Continuando a discussão teórica iniciada no capítulo anterior, o Asilo de Santa Tereza deixa claro sua intenção de proteger o corpo feminino já no momento de sua fundação, os Relatórios e falas do presidente da província de 18/10/1877 definem a educação ali oferecida como própria para as meninas desvalidas as protegendo “das seduções e traições do século habilitando-se pelo estudo e pelos hábitos do trabalho...”. Esse documento apresenta uma clara

referência ao desejo de proteger as meninas de possíveis atitudes que fossem malvistas pela sociedade.

Já Marques (1870, p. 35) ao definir o verbete do Asilo em seu dicionário acrescenta que ali as órfãs seriam abrigadas, protegidas e educadas, além disso, como se pode perceber nos relatórios e ofícios, existia uma preocupação em amparar as desvalidas da sociedade com a documentação demonstrando tanto crescimentos nas entradas quanto preocupação em atender o maior número possível de jovens necessitadas como é o caso de atender as órfãs ilegítimas e não somente as legítimas

A educação era ofertada conforme o padrão para as meninas com um ensino de primeiras letras e prendas domésticas, além disso no relatório de 13/04/1858 se encontra a informação da compra de um piano para instrução musical demonstrando a atenção para o aspecto educacional dessas jovens.

Quando se analisa a educação partindo de uma discussão de gênero se percebe as diferenças que irão marcar o tipo que cada um recebia. Passando pela dicotomia entre educação e instrução. Abrantes (2014, p. 132) coloca que os homens eram instruídos para desenvolver a “inteligência” e as mulheres eram educadas “para desenvolver o caráter”, sendo assim a instrução era referente ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos como a autora chama atenção para o ensino secundário do Liceu do Maranhão (p. 82) em que se tinha cadeiras básicas como gramática, matemática, geografia mas também preparatórias diretamente para o futuro profissional como curso de comércio e curso de marinha, além disso existia preocupação em se preparar os alunos para os cursos superiores.

Outro exemplo de instituição de ensino masculina foi a Casa dos Educandos Artífices, criada pela Lei nº 105, de 1841 e inaugurado no mesmo ano em 25 de novembro, ali eram dadas aulas de primeiras letras e também ofertadas oficinas de alfaiate, sapateiro, marceneiro, pedreiro, surrador de cabedal<sup>30</sup>, entre outras, existiram outras provisórias como a de francês, geografia e instrumentos de corda. O objetivo da Casa era oferecer uma educação regular à mocidade desvalida moralizando-a, inspirando amor ao trabalho e contribuindo para a felicidade e riqueza pública (MARQUES, 1970, p. 188).

---

<sup>30</sup> Ofício para trabalhar na preparação de peles e couro.

Esses dois exemplos demonstram o tipo de ensino mais científico e preparatório reservado aos homens no século XIX. Já em relação às mulheres, na segunda metade do século XIX no Maranhão o ensino público se baseava unicamente em escolas de primeiras letras em que as meninas aprendiam “ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos de leitura, da escrita, e das quatro operações” (Abrantes, 2014, p. 141), somente nas escolas particulares era ofertado o ensino secundário contudo ainda tendo como enfoque “preparar a mulher para o casamento e a maternidade” (p. 145).

Alguns exemplos de instituições educacionais femininas voltadas às desvalidas foram o próprio Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e o Asilo de Santa Tereza, aqui já apresentados. No caso do ensino particular tinha-se, por exemplo, o Colégio Nossa Senhora da Glória criado em 1844 que oferecia tanto um ensino primário quanto secundário para as meninas que ali aprendiam em cinco diferentes classes

1<sup>a</sup> - Leitura, caligrafia, gramática da língua pátria, aritmética adequada à natural compreensão das meninas, doutrina cristã, civilidade e geografia ; 2<sup>a</sup> - costuras, marcas e bordados de todas as qualidades; 3<sup>a</sup> - francês e inglês; 4<sup>a</sup> - música e piano; 5<sup>a</sup> - desenho e dança (ABRANTES. 2014, p. 154).

Cabe lembrar o que Scott (1994, p. 19) diz a respeito da história enquanto estudiosa de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres foram construídos. Embora nos dias atuais essas discussões da diferença educacional tenham alterado seu foco para questões como a desigualdade de salários, elas são fruto de transformações das discussões de gênero referente a época vivida e também a elementos do passado.

Por qual motivo homens e mulheres possuíam um ensino tão diferenciado no século XIX no Maranhão? Seria um reflexo do entendimento que a sociedade da época tinha sobre como deveria ser construída a identidade dos sujeitos partindo de uma perspectiva de gênero?

Ao se tocar no elemento da política dentro do contexto de gênero Scott (1994, p. 17) coloca duas respostas sobre qual seria a natureza do interesse em controlar ou contestar os significados, a primeira seria a partir de um interesse objetivamente determinado, por exemplo em estabelecer uma dominação sexual ou econômica e a segunda a partir de um conceito de interesse que é discursivamente produzido, relativo e contextualizado. Tendo em vista essa segunda abordagem

A experiência não é vista como circunstâncias objetivas que condicionam a identidade; a identidade não é uma percepção objetivamente determinada do eu, definida por necessidades e interesses; a política não é a tomada de

consciência coletiva de sujeitos individuais em situação semelhante. A política é, antes, o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência. Identidades e experiências são, nessa visão, fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares (SCOTT, 1994, p. 18).

Sendo assim, a política aqui se encaixa enquanto esse jogo de poder e saber que está envolvido na formação da identidade e experiência, partindo mais especificamente da perspectiva de gênero se cria um discurso de que ao homem e necessário um ensino científico e à mulher o ensino doméstico e maternal, sendo este o entendimento das construções de identidades, estando inclusive a educação feminina ligada ao bem estar do homem. Ao analisar artigos do periódico Farol Maranhense, Abrantes (2014, p. 140) coloca que

Os argumentos encontrados nesses artigos sobre instrução feminina mostram que o objetivo de educar as mulheres era para melhor formar os homens, pois a mulher instruída melhorava a sociabilidade masculina, freava as grosserias naturais do “sexo varonil” e dava o tom de polidez característico das sociedades cultas. Por essa razão, não defendiam uma educação idêntica para homens e mulheres, mas uma educação apropriada para o papel que deviam desempenhar na sociedade...

Em suma, a educação ofertada pelo Asilo de Santa Tereza reforçava esse padrão de ensino diferenciado pelo gênero “Está, portanto, a instrução n’este estabelecimento limitada ao ensino primário, á moral religiosa aos trabalhos de agulha e serviços domésticos”. (Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867).

Outro ponto a ser destacado sobre o Asilo de Santa Tereza é em relação ao seu trabalho assistencial com a dotação de suas educandas para que estas pudessem se casar.

Retomando a dispensa das educandas pelo Asilo, foi trazido que existiam quatro formas proveitosas pelas quais elas saíam daquele espaço, por ocasião da idade em que ao alcançar determinada maturidade seriam entregues aos seus parentes ou protetores, se tornando professoras de primeiras letras, trabalhando com serviço doméstico ou se casando, este último seria o mais desejado por combinar com a mentalidade da época sobre o casamento para a mulher.

Foram diferentes casos de solicitações para o recebimento do dote, como se analisa na tabela produzida nesta pesquisa os suplicantes se dividiram entre esposos, tutor, mãe e a própria órfã, todos estes representam casos de solicitação de dotação em busca da ajuda.

O dote funcionaria enquanto uma estrutura que provia não só a oportunidade de se casar, mas também o controle sobre o corpo feminino, a dotação acontecia enquanto uma forma

de ajuda, contudo existiam outras questões além dessa. Algranti (1993, p. 46) coloca que a prática do dote revelava a forma como a sociedade da época via as mulheres e o casamento, era uma segurança futura, um auxílio imediato, um atrativo para os noivos, mas para além do que é afirmado pela autora permitia que mulheres como as órfãs desvalidas pudessem sobreviver e não entrar em caminhos considerados pecaminosos.

Com a mulher sendo considerada mais suscetível ao pecado, a situação das órfãs desvalidas era de uma preocupação maior ainda, o dote então era uma grande proteção do seu corpo e como visto nas documentações trazidas esteve presente no século XIX no Maranhão em grande quantidade. O dote e o casamento representavam a esperança para essas jovens terem uma vida minimamente boa.

No segundo capítulo de seu livro, Louro (1997) traz as considerações de Michel Foucault sobre as relações de poder, elemento presente nos estudos feministas. Em contraponto ao entendimento de poder enquanto centralizado em determinado sujeito ou instituição, Foucault o trata enquanto uma rede de variadas direções que se constitui por toda a sociedade. O exercício do poder irá ser realizado por ações variadas que provocam reações diferentes entre si, não existindo uma polaridade fixa pois a atividade é constante. Esse panorama trazido pela autora, como a própria diz pode ser útil aos estudos feministas.

Afinal, homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças. Talvez uma interessante representação dessas práticas seja imaginá-las como semelhantes a jogos em que os participantes estão sempre em atividade, em vez de reduzi-las, todas, a um esquema mais ou menos fixo em que um dos "contendores" é, por antecipação e para sempre, o vencedor. Isso não significa, no entanto, desprezar o fato de que as mulheres (e também os homens que não compartilham da masculinidade hegemônica) tenham, mais freqüente e fortemente, sofrido manobras de poder que os constituem como o outro, geralmente subordinado ou submetido — mas tais manobras não as/os anularam como sujeitos. Nas palavras de Foucault (1988, p. 91): "lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder". A resistência — ou melhor, "a multiplicidade de pontos de resistência" — seria inerente ao exercício do poder (p. 39-40).

Outra concepção trazida por Foucault é a de que o poder não age meramente de forma coercitiva e negativa, existe também um lado que produz e incita.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente,

diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (p. 41).

As relações de poder possuem interação com o gênero em que através de ações coercitivas e disciplinares se formam sujeitos capazes de agir conforme as regras da sociedade, homens e mulheres são atribuídos a determinados comportamentos e hábitos que visam manter o padrão estabelecido. O dote teria esse vínculo com esses poderes, agindo como uma forma de disciplinar o corpo feminino para a importância do casamento em sua vida, de que o marido seria seu responsável após o matrimônio em relação a todas as finanças e outros aspectos de seu cotidiano e de que deveria cultivar sua docilidade, submissão e outras características que eram esperadas para a vida doméstica e familiar. Essas questões em relação à visão sobre a mulher já foram discutidas ao longo desta pesquisa e se relacionam com esse poder disciplinar trabalhado por Foucault que se constitui através de práticas cotidianas.

Certamente se poderia estender a reflexão para além dessas idéias sobre o "poder disciplinar" — o qual constitui, através de práticas cotidianas e de técnicas minuciosas, os sujeitos. O conceito foucaultiano de "biopoder", ou seja, o poder de controlar as populações, de controlar o "corpo-espécie" também parece ser útil para que se pense no conjunto de disposições e práticas que foram, historicamente, criadas e acionadas para controlar homens e mulheres. Nelas é possível identificar estratégias e determinações que, de modo muito direto, instituíram lugares socialmente diferentes para os gêneros, ao tratarem, por exemplo, de "medidas de incentivo ao casamento e procriação" (LOURO, 1997, p. 41).

Ao utilizar o dote como uma forma de ajudar essas moças, o Asilo de Santa Tereza contribuiu para esse disciplinamento dos corpos femininos que auxiliava. As jovens órfãs perpassavam por uma trajetória de educação para o serviço doméstico e aprendizagem de prendas domésticas, culminando nos casos de dispensa que revelam a preocupação contínua em resguardá-las mesmo após sua saída do recolhimento. No casamento estaria incluso a passagem da tutela dessas meninas para o seu esposo.

## 5. CONCLUSÃO

Por meio das documentações podemos perceber como se deu a atuação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e do Asilo de Santa Teresa no século XIX, os serviços oferecidos por ambas as instituições foram fundamental importância para a sociedade, com a primeira estendendo seus serviços para diferentes grupos como presos, doentes, alienados, entre outros e a segunda focalizando sua atenção às jovens órfãs e desvalidas.

A Santa Casa de Misericórdia em Portugal foi uma das instituições que tinha por objetivo prestar assistência caritativa. Com seu surgimento em Lisboa por volta de 1498, ela irá assumir diversas funções como enterros, tratamento de doenças, dar guarida a peregrinos, administrar recolhimentos femininos, etc. Algumas provas da importância adquirida pela Misericórdia são a concessão de privilégios pelo rei D. Manuel, a publicação de seu Compromisso e a monopolização do serviço hospitalar. Esse cenário contribuiu para a futura burocratização e criação de hierarquizações internas, aumentando seu trabalho caritativo e o número de membros afiliados a irmandade.

Com o sucesso das Misericórdias em Portugal, estas se espalharam também pelos territórios pertencentes à Coroa. No Brasil, alcançou grande notoriedade prestando serviços assistenciais dos quais uma grande parcela da população que era mais pobre, possuía grande carência. Diferentemente das portuguesas, elas irão se adaptar às peculiaridades de cada região inserida, possuindo certa autonomia em relação a Coroa.

Como primeira Misericórdia a se estabelecer tem-se a de São Vicente, em 1543 graças à iniciativa do fidalgo Braz Cuba. Alguns outros exemplos colocados nesta pesquisa foram a do Rio de Janeiro fundada por ação do padre José Anchieta no século XVI, a da Bahia que tem por fundador o historiador Antônio Joaquim Damazio entre os anos de 1549 e 1572, a de Minas Gerais fundada em 1783 e a da Paraíba que é atribuída ao patrocínio de Duarte Gomes da Silveira.

A Misericórdia do Maranhão adquiriu um importante papel atuando em diversas áreas de serviço assistencial, como sepultamentos, amparo de enfermos, cuidado com crianças desvalidas por meio da casa dos expostos, entre outras. Sua existência perpassa desde a época colonial, se desenvolvendo e estabelecendo um importante papel na sociedade maranhense, adquirindo grande status. Com a leitura dos seus Compromissos, consegue-se entender mais sobre o funcionamento da instituição e também sobre aqueles que estavam envolvidos

diretamente na prática caritativa da Misericórdia, percebendo-se a organização que Santa Casa possuía para desenvolver seu trabalho caritativo.

O século XIX no Maranhão foi marcado por uma queda na economia maranhense após um período de relativa alta na agro exportação. Com essa queda diminuiu-se a outrora renda da população e com isso a atividade assistencial também foi afetada, como se podem perceber nos relatórios pertencentes ao século XIX, os Presidentes da Província registravam as dificuldades e também muitas vezes o mal estado de alguns estabelecimentos que estavam aos cuidados da Santa Casa. Esse estado de decadência da Irmandade pode ser responsabilizado pelas tantas práticas assumidas por si, aliada a uma má administração por parte da mesa diretora que cuidava dos assuntos da Santa Casa, somado ao fato de diminuição na prática de doações no século XIX. Esse cenário proporcionou críticas e espanto por parte dos Presidentes da Província sobre como se encontrava a situação da Irmandade, outrora tão imponente. Entretanto, mesmo em meio às crises a Misericórdia continuou exercendo suas atividades e sendo auxiliada por membros da sociedade que percebiam sua importância no cenário maranhense.

O estudo sobre a assistência feminina prestada tanto pela Santa de Misericórdia do Maranhão quanto pelo Asilo de Santa Teresa perpassou pelo estudo atento de teóricas sobre os estudos de gênero. Louro (1997) inicialmente traça um panorama da construção dos estudos de gênero, sendo inicialmente conhecido como estudos da mulher ou estudos feministas, em que eram abordados aspectos descritivos sobre o cotidiano feminino, porém com um caráter político que visava provocar mudanças no lugar social ocupado por estas.

Com um aprofundamento e ampliação das questões abordadas, os estudos feministas acabam por se reformular utilizando-se de teorias em suas discussões, o gênero acaba por se tornar um elemento primordial enfocando o caráter social presente nas distinções baseadas no sexo. Indo contra as explicações meramente biológicas das distinções entre homens e mulheres, aqui se destacava o social e a forma como a construção social e histórica forjaram as identidades masculinas e femininas. Homens e mulheres são plurais em sua formação pessoal, questões raciais, de classe ou mesmo do momento histórico a que pertencem, todos esses elementos passam a serem levados em consideração.

No Brasil, os anos 80, através da figura de grupos feministas associados ao campo acadêmico, irão proporcionar a ampliação dos debates em torno do gênero dentro da dinâmica



da comunidade científica nacional, reconhecendo-se a relevância dessas discussões para esses estudiosos.

O estudo da prática assistencial feminina no século XIX, baseada na perspectiva de gênero contribuiu para um entendimento mais crítico sobre a situação da mulher naquela época e sobre os significados atribuídos a sua figura no processo de construção da identidade feminina com essa perspectiva sendo enfocada na atuação das duas instituições aqui estudadas.

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi uma instituição existente desde o século XVII com um número total de trezentos e vinte irmãos compondo sua administração, responsáveis por cuidar dos enfermos, socorrer os pobres presos e criar os expostos. A partir do ano de 1850, o Presidente da Província se tornou o Provedor da Misericórdia como forma de organizar a irmandade com uma postura confiável e justa.

Na segunda metade do século XIX, a Misericórdia do Maranhão enfrentou dificuldades financeiras devido ao cenário de decadência econômica no estado que irá impactar na sua prática caritativa, contudo mesmo assim persistiu em seu trabalho assistencial como foi observado nos gastos fixos e eventuais da instituição. Foi destacada a assistência prestada às mulheres, em especial às jovens órfãs e desvalidas em que através da prática de ajuda financeira para que estas pudessem se casar era ofertado uma proteção da sua figura frente à sociedade.

Foram tragas documentações que comprovam essa atenção que a irmandade teve com as mulheres, e mais especificamente a forma como entregou quantias para que as jovens em situação de orfandade tivessem a oportunidade de se casar, chegando até mesmo a situação em que o Dr. Cássio Antônio deixou em seu testamento um legado para as órfãs ou órfãos, o qual a mesa da instituição escolheu entregar para as despesas do enxoval de algumas moças.

Toda essa questão do resguardo feminino e atenção ao casamento demonstraram a forma como a sociedade via o corpo feminino como algo a ser protegido de caminhos considerados pecaminosos. A situação de orfandade era uma preocupação, mais especificamente quanto ocorria a falta de um pai que representaria uma figura masculina inicial de controles dessas jovens.

A submissão feminina era vista como algo essencial, sendo o casamento uma forma de possibilitar essa posição, o marido seria a outra figura masculina que estará presente na vida dessas jovens, continuando o exercício de controle do corpo das mulheres, além de resguardá-

las do pecado. Aliado a questão da importância do casamento para a mulher, também foi possível perceber a reafirmação das características esperadas em uma mulher, sendo associadas à fragilidade, docilidade e submissão, demonstrando assim a mentalidade da época em relação ao corpo feminino.

Para além das Misericórdias, outra instituição preocupada em prestar auxílio caritativo foram os recolhimentos femininos, estabelecimentos preocupados em oferecer sustento material e espiritual para mulheres em situações vulneráveis. Nos grupos dessas mulheres estavam as jovens órfãs e desvalidas que eram consideradas mais suscetíveis a entrar em uma vida dita pecaminosa, nesse sentido os recolhimentos foram espaços de suma importância para se garantir o sustento e proteção dessas jovens.

No Maranhão se destaca o Asilo de Santa Teresa como um espaço que ofereceu não somente o cuidado material e espiritual como também permitiu que estas meninas tivessem a oportunidade de se casar e isso foi facilitado principalmente através da dotação de determinadas meninas. O dote era possível em instituições como o Asilo e também na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão principalmente através de doações feitas por sujeitos da sociedade que ofertavam determinados valores, muitas vezes exclusivamente para que jovens pudessem ter a oportunidade de se casar.

Nas documentações aqui expostas foram destacadas as formas como a instituição prestou esse auxílio feminino, ofertando tanto a alimentação e vestuário quanto a educação. Esse aspecto educacional era atrelado ao ensino de primeiras letras, aulas de costura e ensino religioso que visavam preparar as moças para a vida doméstica e matrimonial, reforçando o padrão do nível de educação que estas deveriam ter em contraponto ao que recebia os homens, incentivados a ocuparem os postos de trabalho e se especializarem em seus conhecimentos.

Outro destaque foi em relação a dotação de jovens órfãs e desvalidas enquanto uma prática que proporcionava o casamento, um dos caminhos desejados pelo Asilo. Contudo, por mais que tenha esse lado mais assistencial, o dote também funcionava como um reforço do pensamento da sociedade em relação à necessidade que a mulher tinha em se casar, era uma forma de controle do seu corpo ao simbolizar essa passagem da jovem do controle do pai para a submissão ao seu esposo, a relação de poder estabelecida disciplinaria as mulheres para entender que deveriam contrair matrimônio e entender que seu cônjuge seria o responsável por administrar diferentes aspectos da sua vida.

A Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de Santa Teresa foram instituições preocupadas em oferecer um trabalho assistencial voltado para as mulheres, bem como para as jovens órfãs e desvalidas que através dessa assistência conseguiram não somente sobreviver, mas ter um futuro bem visto aos olhos da sociedade. As documentações do século XIX em relação a ambas as instituições demonstraram as ações realizadas e também a mentalidade da época em relação a mulher.

## 6. REFERÊNCIAS

### 6.1. Fontes Primárias

Balanço da receita e despesa dos cofres dos anos de 1840 a 1841. In. Ofícios do Secretário da Santa Casa da Misericórdia ao Presidente da Província, 1842-1843 (Localização APEM [Avulsos]).

Balanço da receita e despesa dos cofres dos anos de 1841 a 1842. In. Ofícios do Secretário da Santa Casa da Misericórdia ao Presidente da Província, 1842-1843. (Localização APEM [Avulsos]).

Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1840. In. Leis da Província (1835-1856) (Localização APEM [Biblioteca de Apoio]).

Compromisso da Santa Caza da Misericordia de 20 de setembro de 1849. In. Leis da Província (1835-1856) (Localização APEM [Biblioteca de Apoio]).

Leis da Província (1876-1880/1883).

Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1881-1889]: 19/09/1881, 21/10/1881, 20/05/1882, 16/12/1883, 11/03/1884, 09/04/1884, 07/01/1887, 25/04/1887, 10/06/1887 (Localização APEM [Avulsos]).

Livro de atas das sessões da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia [1889-1894]: 11/02/1890, 15/01/1891 (Localização APEM [Avulsos]).

Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870): 04/03/1862, 08/04/1862, 17/05/1862, 27/05/1862, 27/10/1862, 22/11/1862, 31/07/1863, 18/06/1864, janeiro/1865, abril/1865, 26/10/1865, 04/04/1867, 18/05/1870 (Localização APEM [Avulsos]).

Ofícios do secretário da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1851-1898): 31/12/1860 (Localização APEM [Códices]).

Ofícios do secretário da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão ao Presidente da Província (1830-1843): abril/1839, maio/1841 (Localização APEM [Códices]).

Relatórios e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889) (Localização APEM [Biblioteca de Apoio]):

- Relatório que dirigiu o Exm<sup>o</sup>. Vice-Presidente da Província do Maranhão, Angelo Carlos Muniz à Assembléia Legislativa Provincial em 03/05/1845.

- Relatório com que o Vice-Presidente, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, entregou à Presidência da Província do Maranhão, ao Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. Comendador, Antônio Cândido da Cruz Machado, em 21/12/1855.

- Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha passou a administração da mesma ao Sr. Miguel Joaquim Ayres Nascimento, 2<sup>o</sup> Vice-Presidente, em 24/11/1863.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Dória passou a administração ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Antônio Epaminondas de Melo, em 28/10/1867.

- Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Desembargador Ambrósio Leitão de Cunha passou a administração desta Província ao Exm<sup>o</sup>. Sr. 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, Dr. José da Silva Maia em 04/04/1869.

- Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José da Silva Maia, Presidente da Província do Maranhão passou a administração ao Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Augusto Olímpio Gomes de Castro, em 03/11/1870.

- Relatório que o S. Ex<sup>a</sup>. O Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides no dia 18/10/1877 apresentou à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da instalação da sua sessão ordinária.

Requerimentos/Petições de contraentes [1840-1876], 22/06/1876; 14/12/1876 (Localização APEM [Avulsos]).

## 6.2. Dicionário

MARQUES, César Augusto. **Diccionario Histórico-Geographico da Província do Maranhão.** – Maranhão: Typ, do Frias, 1870.

## 6.3 Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX. – São Luís: Editora UEMA, 2014.

ALGRANTI, Leila Mezan. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a Concessão de Dotes (1808-1822). **Cadernos PAGU**, v. 1, 1993.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Casadas com trigo e cevada: os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII. In: *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, nº 20, **Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa**, 2008, p. 59-71.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. A terceira geração. In: *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1997, p.79-107.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)**. Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

DIAS, Frederico Caetano Pereira da Silva de Portugal. **Franciscanos e Dominicanos nos séculos XIII a XV: sociedade e espiritualidade**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 2018.

FRANCO, Renato Júnio. Modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 5-25, janeiro-junho de 2014.

GONÇALVES, João Alfredo Carvalho Rodrigues. **O papel da Santa Casa de Santos no atendimento ao sistema único de saúde (sus) na alta e baixa complexidade**. Dissertação (Mestrado EM Saúde Coletiva) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. Editora Hucitec: São Paulo, 2ª edição, 2006.

MEIRELES, Mário. A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão: subsídios para sua história. In. MORAES, Jomar (Org.). **Dez Estudos Históricos**. Alumar, São Luís, 1994.

MONTEIRO, Rodrigo Borges; MADUREIRA, Francisco José Chagas. **Imperial Instituto Médico Fluminense** [s.d]. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/impinsmedflu.pdf/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. A Santa Casa da Misericórdia da Paraíba: o passado no presente. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. (Org.). **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa**. 1ed.Portugal: Cepese, 2011, v. 1, p. 441-458.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

PINHEIRO, Denilson Costa. **Assistência às expostas e mulheres desvalidas: uma ação de caridade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1850 - 1880)**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; SILVEIRA, Natália Cristina. Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso da prática médica nas Minas Gerais oitocentista. **História Unisinos** 10(1): 5-13, Janeiro/Abril 2006.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos, a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500/1800**. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antônia. **História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SLVA, Susana Vele da. Os estudos de gênero no brasil: algumas considerações. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, N° 262, 2000.

SCOTT, J. W. Gender and the Politics of History. Tradução de Guacira Lopes Louro, **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Joan. Preface a Gender and politics of History. Tradução de Mariza Corrêa, IFCH/Unicamp, **Cadernos Pagu** (3), p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. Tradução Ana Carolina E.C. Soares. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, Dez. 2012.